

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

VERA LÚCIA LOURIDO BARRETO

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ: Uma experiência de educação popular no Amazonas

Manaus
2023

VERA LÚCIA LOURIDO BARRETO

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ: Uma experiência de educação popular no Amazonas

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira

Manaus
2023

Ficha Catalográfica

BARRETO, Vera Lúcia Lourido

Rede de Educação Cidadã: uma experiência de educação popular no Amazonas/Vera Lúcia Lourido Barreto. Manaus: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas 107f.: il

Dissertação (Magister en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira

VERA LÚCIA LOURIDO BARRETO

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ: Uma experiência de educação popular no Amazonas

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 16/06/2023

Prof. Dr. orientador Eduardo Tadeu Pereira
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Ronney da Silva Feitosa 2º. membro da banca
Faculdade de Educação – Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos 3º. membro da banca
Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins

Prof. Dr. Gilberto Francisco Dalmolin (suplente)
Universidade Federal do Acre

Dedico aos meus pais Astésio Barreto (*in memoriam*) e Maria Taciana Lourido Barreto, pela vida e incentivo aos estudos como caminho para transformação social. A eles, eterna gratidão!

À cunhada Citara Martins Barreto (*in memoriam*), mãe e mulher dedicada à família.

Aos(às) colegas professores(as) que tiveram a vida ceifada por conta da Covid-19.

Aos educadores populares (*in memoriam*) Valdemilson Pires, Raimunda Menezes, Gecilda, Wilson e Luiz Gonzaga, pelo tempo em vida dedicado ao trabalho da Rede de Educação Cidadã no Amazonas.

Às educadoras populares Nonata e Nazaré Corrêa (*in memoriam*), que muito contribuíram para e com a educação popular e educação de jovens e adultos no estado do Amazonas.

À professora Conceição Paludo (*in memoriam*), pelo muito que contribuiu para e com a educação popular na Rede de Educação Cidadã.

AGRADECIMENTOS

Em especial:

A Deus, gratidão pela vida e disposição para seguir em frente e não desistir diante dos desafios nos momentos difíceis.

A cada educadora e educador popular de Manaus e Parintins pelas lutas diárias em prol de uma sociedade mais justa, em especial aos que dispuseram tempo para este trabalho: Florismar Ferreira, Reir Ferreira, Gecinéia, Janeide Lavor, Ozélia Veira, Francly Junior, Luzarina Varela, José Ramos, Gerre Angioli, Maria da Fé, Antônio Rocha, Emílio Soares, Rosa e Deusa.

Ao professor orientador, Eduardo Tadeu Pereira, pelo incentivo, escuta, direcionamento, cuidado e amizade no processo de elaboração do estudo.

Às professoras e aos professores do curso de mestrado da Flacso Brasil.

À Fundação Perseu Abramo por oportunizar o mestrado, uma possibilidade para qualificar a militância.

À família Lourido Barreto que incentiva todos(as) ao estudo como caminho de mudança.

Aos amigos Edilson Albarado e Maria Eliane, gratidão pela acolhida e cuidado durante o tempo de entrevistas em Parintins.

À colega Rosimeiry Ribeiro, pela revisão/correção final do texto, pelos momentos de escuta e companhia nos finais do expediente, obrigada!

À colega Sônia Maria Rodrigues, pela revisão das NBR (ABNT) do estudo.

Às(aos) amigas(ao) de perto e de longe pelo incentivo. Em especial a Johnny Fernandes Giffoni e Keila Maraes pela acolhida em Belém durante a prova do Mestrado.

Ao amigo professor Nilton Carlos Teixeira, pelo incentivo, cuidado em ofertar relatórios sistematizados e livros que contribuíram para o embasamento teórico.

Aos colegas da equipe Nacional da Rede de Educação Cidadã, pelo trabalho e estudo coletivo durante o período de 2005 a 2015.

Ao Instituto Paulo Freire, ao Centro de Assessoria Multiprofissional, à Cáritas Arquidiocesana de Manaus e COASTEP, instituições Nacionais e locais, parcerias significativas no processo da gestão compartilhada.

Ao Fórum estadual de Educação de Jovens e Adultos do Amazonas, ao Fórum Social Panamazônico (FOSPA) e ao Fórum de Estudos e Leituras de Paulo Freire da região Norte,

espaços que alimentam a luta e a militância em prol de uma Amazônia mais humana, justa e inclusiva.

Aos colegas da Gerência de Programas e Projetos Complementares (GPPC) da Secretaria de Educação e Desporto Escolar (SEDUC/AM), pela compreensão nas ausências necessárias por conta do estudo.

A todas e todos que ajudaram e seguem ajudando a transformar a consciência de classe no Amazonas. Às lutadoras e aos lutadores em defesa da vida, dedico este estudo.

Ensinar o povo a ver criticamente o mundo é sempre uma prática incômoda para os que fundam os seus poderes sobre a inocência dos(as) explorados(as).

Paulo Freire

Que nossas almas sejam irmanadas na utopia de um mundo cuja maior loucura seja a dignidade de todos os homens e mulheres. Cujas alegrias de uns não estejam alicerçadas na desgraça de inúmeros outros. Cujas esperanças sobrevivam ao caos. Onde o pão nosso de cada dia esteja à mesa recheada de sonho e poesia.

Eduardo Galeano

RESUMO

O presente estudo trata da Rede de Educação Cidadã (RECID), uma experiência inédita, híbrida de educação popular no estado do Amazonas, criada no contexto do Programa Fome Zero. Por meio do método descritivo e numa abordagem qualitativa, busca analisar, refletir e avaliar os impactos dos processos político-pedagógicos desencadeados nas cidades de Manaus e Parintins, no período de 2003 a 2010. Quanto aos procedimentos metodológicos foram considerados a leitura de documentos como relatórios, as diretrizes do projeto político pedagógico-PPP do objeto estudado a partir da concepção da educação popular e entrevistas semiestruturadas. Para as entrevistas foram selecionados educadoras e educadores com pelo menos seis meses de participação nos processos desencadeados em Manaus e Parintins. Justifica-se o estudo pelo fato de ser uma experiência inédita, inovadora no campo da educação popular no Brasil e América Latina, em que governo e segmentos organizados da sociedade civil somam forças para a realização de processos de formação política, mediados pelos princípios da educação popular para a organização do povo, para fortalecer a cidadania participativa e o acesso às políticas públicas, principalmente beneficiárias do Programa Fome Zero e educadoras(es) populares, assim como, contribuir com o protagonismo dos sujeitos beneficiários de uma política de transferência de renda, assim como, para a construção de uma nova cultura política nas cidades de Manaus e Parintins.

Palavras chave: educação popular; participação social; transferência de renda.

RESUMEN

El estudio trata de la Red de Educación Ciudadana (RECID), una experiencia inédita, híbrida de educación popular en el estado de Amazonas, creada en el contexto del Programa Hambre Cero. A través del método descriptivo y un enfoque cualitativo, busca analizar, reflexionar y evaluar los impactos de los procesos político-pedagógicos desencadenados en las ciudades de Manaus y Parintins, en el período de 2003 a 2010. En cuanto a los procedimientos metodológicos, la lectura de documentos como informes, se consideraron los lineamientos del proyecto político pedagógico-PPP del objeto estudiado desde la concepción de la educación popular y entrevistas semiestructuradas. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se consideraron informes, los lineamientos del objeto estudiado desde la concepción de la educación popular. Para las entrevistas fueron seleccionados educadores con al menos seis meses participando en los procesos desencadenados en Amazonas. El estudio se justifica por el hecho de que se trata de una experiencia inédita e innovadora en el campo de la educación popular en Brasil y América Latina en la que gobierno y segmentos organizados de la sociedad civil se unen para llevar a cabo procesos de formación política, mediados por los principios de educación popular para la organización del pueblo, para fortalecer la ciudadanía participativa y el acceso a las políticas públicas, principalmente beneficiarias del Programa Hambre Cero y educadores populares, así como contribuir al protagonismo de los sujetos beneficiarios de una política de transferencia de ingresos, así como para la construcción de una nueva cultura política en las ciudades de Manaus y Parintins.

Palabras clave: educación popular; participación social; transferencia de ingresos

ABSTRACT

The study deals with the Citizen Education Network (RECID), an unprecedented, hybrid experience of popular education in the state of Amazonas, created in the context of the Zero Hunger program. Through the descriptive method and a qualitative approach, it seeks to analyze, reflect and evaluate the impacts of the political-pedagogical processes triggered in the cities of Manaus and Parintins, in the period from 2003 to 2010. As for the methodological procedures, the reading of documents such as reports, the guidelines of the political-pedagogical project-PPP of the object studied from the conception of popular education and semi-structured interviews. For the interviews, educators with at least six months of participation in the processes triggered in Manaus and Parintins were selected. The study is justified by the fact that it is an unprecedented, innovative experience in the field of popular education in Brazil and Latin America, in which the government and organized segments of civil society join forces to carry out processes of political formation, mediated by the principles of popular education for the organization of the people, to strengthen participatory citizenship and access to public policies, mainly beneficiaries of the Zero Hunger Program and popular educators, as well as contributing to the protagonism of the beneficiaries of an income transfer policy as well as for construction of a new political culture in the cities of Manaus and Parintins.

Keywords: popular education; social participation; income transfer

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEC	Associação de Educação Católica
ABONG	Associação brasileira de organizações não governamentais
ASGAGER	Associação dos grupos alternativos de geração de renda Amazonas
BB	Banco do Brasil
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEAAL	Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEBI	Centro de Estudos Bíblicos
CFES	Centro de Referência em Economia Solidária
CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONFITEA	Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar
COASTEP	Cooperativa de Assessoria e Serviços Técnicos Educacionais e Projetos Sociais da Amazônia
CONTG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ECOSOL	Economia Solidária
FACED	Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas
FOSPA	Fórum Social da Pan-Amazônia
FSM	Fórum Social Mundial
FME	Fórum Mundial de Educação
FREPOP	Fórum de Educação Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto brasileiro do Meio Ambiente
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
MEB	Movimento de Educação de Base

MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MCP	Movimento de Cultura Popular
MS	Ministério da Saúde
MINC	Ministério da Cultura
MEC	Ministério da Educação
NEPE	Núcleo de Estudos e Experiências de Educação Popular
ONGs	Organizações Não Governamentais
PT	Partido dos Trabalhadores
PFZ	Programa Fome Zero
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RECID	Rede de Educação Cidadã
SNAS	Secretaria Nacional de Articulação Social
SDH	Secretaria Nacional de Direitos Humanos
SEBRAE	Serviço brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDECTI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNISAL	Universidade Salesiana
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFRSA	Universidade Federal
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFAC	Universidade Federal do Acre
ZFM	Zona Franca de Manaus

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Sujeitos participantes da pesquisa na cidade de Manaus

Imagem 02 – Sujeitos participantes da pesquisa na cidade de Parintins

Imagem 03 – Simbologia de uma rede

Imagem 04 – Canoeiros nos rios do estado do Amazonas

Imagem 05 – Momento de formação com mulheres da zona Leste de Manaus

Imagem 06 – Curso de Educação Popular com educadoras e educadores coletivo Amazonas

Imagem 07 – Encontro Intermunicipal com educadoras(es) da região do baixo Amazonas

Imagem 08 – Momento de encontro mensal da RECID/AM

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CAPÍTULO I	25
2.1 Educação popular	25
2.1.1 Educação popular: um movimento em construção	25
2.2 A educação popular no estado do Amazonas.....	34
2.3 Experiências de educação popular no Amazonas	36
2.3.1 O Movimento de Educação de Base (MEB)	37
2.3.2 A Associação de Educação Católica no Amazonas (AEC).....	37
2.3.3 O Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Educação Popular (NEPE)	38
2.4 Fóruns, espaço de formação, diálogos, luta e fortalecimento da militância	39
2.4.1 Fórum de Educação de Jovens e Adultos	39
2.4.2 O Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA)	40
2.4.3 Fórum de Estudos e Leituras de Paulo Freire da Região Norte	41
3 CAPÍTULO II	45
3.1 Sobre a realidade de educação cidadã	45
3.1.1 Um projeto nacional, uma iniciativa pioneira (2003 – 2010)	45
3.2 A rede de educação cidadã no Amazonas – uma rede de colorida esperança	54
3.3 O processo de formação político-pedagógico	56
3.4 O processo de organicidade	64
3.5 O processo da gestão compartilhada	66
3.6 Processos de articulação política	67
3.6.1 Processos de articulação política vivenciados pela RECID/AM	67
3.6.2 Aprendizagens e avanços de um trabalho em rede	69
3.7 Caracterização histórica dos bairros	72
3.7.1 Bairro Zumbi dos Palmares	73
3.7.2 Bairro de São José Operário	73
3.7.3 Bairro da Baixa do São José - Parintins	73

4 CAPÍTULO III	76
4.1 Rede educação cidadã no Amazonas	76
4.2 A Recid Amazonas sob a ótica das educadoras e educadores participantes do estudo	78
4.3 A educação popular a partir do trabalho junto aos grupos de base	82
5 CONCLUSÃO	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
DOCUMENTOS CONSULTADOS	98
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista I – Representantes do programa bolsa família ..	99
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista II – Representantes de educadoras e educadores populares	101
ANEXO A – Aprovação comitê de ética / FLACSO Brasil	103
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido	104

1 INTRODUÇÃO

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire (1979)

O presente estudo Rede de Educação Cidadã: uma experiência de educação popular no Amazonas, dá-se no momento de homenagens a Paulo Freire por ocasião das comemorações a seu centenário de vida em 2021 e 2022. Contexto de resistência frente aos desmontes de conquistas sociais e ameaças à democracia; de reafirmar a educação popular tão urgente e atual para semear o esperançar em tempos de “desencantos”. Parafraseando Freire, “mudar é difícil, mas é possível”.

O interesse pela temática no campo da educação popular representa o sentimento de seguir conjugando o verbo esperançar que nasce na militância na década de 1980, vivenciado pela autora com ideários e sonhos da juventude por uma sociedade justa e igualitária.

A trajetória no movimento da educação popular inicia-se a partir da vivência junto às comunidades dos bairros Coroado e Educandos, zonas Leste e Sul de Manaus, respectivamente; o início na carreira como professora na escola comunitária “São João”, no bairro São Jorge, zona Oeste de Manaus; a participação no grupo de jovens ligado à igreja católica; o movimento sindical dos professores; a participação no centro acadêmico e em projetos de iniciação científica no campo da cultura política e de extensão com escolas rurais no município de Rio Preto da Eva, durante a graduação no curso de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas, foram atrelados à educação popular e às causas sociais. A caminhada se fortalece na educação formal/rede estadual de ensino, na experiência com educação de jovens e adultos-EJA; na Coordenação do Fórum de Educação Popular do Amazonas; Coordenação das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Manaus; na Associação de Educação Católica do Amazonas-AEC, primeiramente coordenando o departamento de educação popular (1998/1999), depois como presidente da AEC por duas gestões (2000 a 2006) e articuladora regional do Movimento de Educação de Base-MEB no período de 2004-2005.

A caminhada de militante social, política e profissional se completa no campo da educação popular quando em junho de 2005 passamos a compor a equipe nacional da Rede de Educação Cidadã - uma rede com a proposta de um trabalho inovador no governo

democrático e popular do Presidente Lula (2003-2010). Fazer parte de uma rede nacional de educação popular, que nasce como possibilidade e oportunidade para reacender a chama dos movimentos populares, onde governo e segmentos organizados da sociedade civil retomam o trabalho de base mediado pelo diálogo, a saber, a Rede de Educação Cidadã-RECID, foi a concretude dos processos de educação popular, iniciados ainda na juventude.

Diante do exposto, há motivações pessoais, profissionais e curiosidade intelectual para fazer o estudo em torno de uma experiência de educação popular desenvolvida no Amazonas. Buscar saber até que ponto esse trabalho de educação popular mudou a vida das pessoas participantes do coletivo RECID, se os processos desencadeados ajudaram ou não a fazer rupturas num estado tão desigual como o Amazonas.

O estudo por meio de uma abordagem qualitativa busca fazer uma descrição, analisar e refletir acerca do projeto Rede de Educação Cidadã no Amazonas, a partir dos processos político-pedagógicos realizados. As hipóteses permeiam pelo questionamento se o fazer político-pedagógico contribui para as pessoas tornarem-se sujeitos de direitos a ponto de saírem da situação de vulnerabilidade social, assim como se as formações foram capazes de lançar as bases de uma nova cultura política em Manaus e Parintins. A partir desses pressupostos, o estudo quer compreender como os fios de uma rede banhada pela mística e encanto dos rios Negro, Solimões e Amazonas foram tecidos, como trabalhou a educação popular considerando o mosaico multicolorido de povos e culturas que caracterizam o estado do Amazonas.

A priori, o estudo tenciona corroborar com a educação popular, enquanto instrumento político pedagógico para o combate às desigualdades sociais, afinal, o princípio da RECID está associado ao combate à pobreza de forma emancipatória e sustentável apontando possibilidades possíveis, “se a pobreza for considerada como questão social”. (FERRARINI, 2008).

O estudo está delimitado ao período de 2003 a 2010 e tem como objetivos:

- a) Avaliar os impactos da experiência Rede de Educação Cidadã no contexto do Programa Fome Zero nas cidades de Manaus e Parintins;
- b) Analisar o processo de formação desencadeado junto aos beneficiários do Programa Fome Zero no campo do acesso às políticas públicas e cidadania participativa;
- c) Refletir acerca da experiência RECID na perspectiva de uma política pública no âmbito de transferência de renda e desigualdade social;

- d) Compreender como um processo de formação fundamentado nos princípios da Educação Popular pode contribuir para uma nova cultura política.

Para tanto, o estudo traz autores que apresentam elementos que contribuem para a fundamentação teórica e a problematização, como MARIA DA GLÓRIA MARCONDES GOHN na obra “Movimentos sociais e educação” (1994), onde aborda o caráter educativo dos movimentos sociais e a importância da consciência crítica dos indivíduos para garantir espaços na sociedade, como também o trabalho coletivo desenvolvido pelos movimentos sociais; NORMA BENTES no seu livro “Manaus: realidade e contrastes sociais” (2014), trata dos contrastes sociais presentes no cotidiano dos moradores da cidade de Manaus, retrata a realidade social, a ocupação urbana desordenada e o processo de acumulação e exploração em consonância ao projeto Zona Franca de Manaus. Na obra “Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletrônica”, MOURA...et al (1993) refletem acerca dos processos econômicos para a Amazônia, destacando o projeto Zona Franca de Manaus e o quanto impactou socialmente na vida dos habitantes especificamente da cidade de Manaus, fomentando o êxodo rural, a violência urbana principalmente contra crianças e mulheres.

Na construção da presente pesquisa foram consideradas as sistematizações da Rede de Educação Cidadã, obras que refletem em torno da educação popular na perspectiva de um projeto popular para o Brasil e do legado de Paulo Freire no contexto do trabalho em rede.

A obra “Vamos Lá, Fazer o Que Será: mobilização social e educação cidadã” (2006), faz o resgate histórico da Rede de Educação Cidadã, destaca as motivações do trabalho de educação popular, dá ênfase as experiências exitosas a partir do acompanhamento do trabalho da Recid em nível nacional. Na obra “Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda do Poder Popular” (2011), encontra-se o trabalho realizado nos vinte e seis (26) estados e Distrito Federal a partir da vivência cotidiana do Projeto Político Pedagógico (PPP). Uma obra construída pelos sujeitos que vivenciaram as experiências a partir dos princípios freireanos. Nesta, destaca-se os aprendizados, avanços e desafios da Recid.

O estudo dá ênfase às leituras de PAULO FREIRE como em “Educação como Prática da Liberdade” (1967), reflete sobre a educação popular como ferramenta pedagógica num trabalho que busca a formação política para promoção da cidadania; na obra “Pedagogia do Oprimido”, FREIRE (1987), trata de conceituar a educação popular como concepção teórica e prática libertadora para superação das desigualdades e em “Pedagogia da Autonomia”, (1999), PAULO FREIRE aborda a formação e compromisso dos educadores e os saberes necessários à prática educativo-crítica fundamentados numa ética pedagógica e visão de mundo que

precisa considerar o rigor científico, bom senso, humildade e a alegria; RONNEY FEITOSA, na sua tese de doutorado “Movimento de Educação de Pessoas Jovens e Adultos na Perspectiva da Educação Popular no Amazonas: matrizes históricas, marcos conceituais e impactos políticos” (2008), estuda a educação popular no Amazonas, resgatando sua história e as experiências que deixaram acúmulos para o estado, ao mesmo tempo chama a atenção quanto a necessidade de se revisitar a educação popular.

Na conceituação da educação popular, OSCAR JARA em “Educación y cambio social en América Latina: A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis”(2012), ressalta a sistematização como uma vivência necessária na educação popular, a reflexão acerca da prática para que esta seja cada vez mais qualificada; AFONSO CARRILLO TORRES na obra “Educación popular y movimientos sociales em América Latina”(2016), reflete sobre a educação popular como concepção e corrente pedagógica emancipadora, seu processo histórico e sua contribuição para que os setores populares se percebam sujeitos construtores de sua própria história; MARCO RAÚL MEJIÁ na obra “Aprofundar na Educação Popular para construir uma globalização desde o Sul” (2005), destaca a educação popular como ferramenta para se construir processos coletivos, diálogos e perspectivas integradoras na América Latina; CONCEIÇÃO PALUDO no livro “Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular” (2001), trata das práticas de educação popular junto aos movimentos sociais, procura ressignificar a concepção de educação popular e o trabalho junto aos movimentos sociais qualificado; FREI BETTO em “Os desafios da Educação Popular” (2002), destaca o trabalho da educação popular e por que se trabalhar com o esquema das esferas sociais, assim como, aponta os novos desafios da educação popular; JOÃO COLARES DA MOTA NETO em “O Legado de Paulo Freire para a Amazônia” (2019), traz experiências do campo da educação popular num olhar amazônico e seus desafios; RANULFO PELOSO na obra “Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo CEPIS” (2012), reflete acerca da educação popular como uma ferramenta político-pedagógica necessária num trabalho de base, as estratégias de uma organização popular para qualificar a militância e o trabalho de base a partir da realidade das pessoas para refletir, agir e dessa forma, mudar a realidade dos sujeitos, enfatiza a necessidade da formação para qualificar a militância; DERMEVAL SAVIANI em “A pedagogia do Brasil: história e teoria”(2020), aborda a importância da mobilização dos educadores, um movimento forte nos 70/80/90 na luta pela valorização da educação pública e por fim, a ISABELA CAMINI et al em “Cartas Pedagógicas: aprendizados que se

entrecruzam e se comunicam” (2012), trazem a relevância das cartas pedagógicas como um processo de reflexão acerca das práticas político-pedagógicas para qualificar o fazer cotidiano da educadora e educador popular.

No campo da metodologia, o estudo se fundamenta nas leituras de ANTONIO JOAQUIM SEVERINO no livro “Metodologia do Trabalho Científico”(2007), trata do levantamento de dados, a organização do estudo no sentido de contribuir com o aprofundamento da pesquisa; MARINA DE ANDRADE MARCONI em “Técnicas de Pesquisa”(2018), encontra-se as técnicas que precisam ser consideradas na construção de uma pesquisa científica e como fonte subsidiária à pesquisa; já em MARIA CECÍLIA MINAYO na obra “Pesquisa social, teoria, método e criatividade” (2002), reflete em torno da relevância de uma pesquisa social. Por sua vez no site www.selecti.am.gov.br, estão os elementos que embasaram os dados, assim como, apresenta o mapa dos bairros da cidade de Manaus.

Posto isso, paralelo às leituras citadas acima, buscou-se consultar outros documentos tais como: relatórios de atividades elaborados pelo coletivo de educadoras e educadores, de seminários, revistas, jornais, registros de viagens, materiais que contribuíram para a realização do estudo aqui apresentado.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, procedeu-se o primeiro contato junto aos entrevistados por meio telefônico, convidando-os para participarem da pesquisa. Assim, foi agendado e realizado um encontro presencial, ocasião na qual se apresentou o projeto, sua intencionalidade, objetivos e os documentos necessários para autorização das falas e identificação das pessoas.

Quanto as entrevistadas, estas foram realizadas presencialmente em Manaus e Parintins. No que se refere ao perfil, as pessoas entrevistadas em Manaus foram quatro (4) educadoras contratadas, dentre estas, uma participante da Comissão Nacional, duas (2) educadoras e um (1) educador, voluntários/as, militantes do movimento de mulheres e juventude e duas (2) beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Imagem 01– Sujeitos participantes da pesquisa em Manaus

Fonte: a autora (2022)



Na cidade de Parintins, foram entrevistados dois (2) educadores contratados, quatro (4) educadores voluntários, militantes da educação do campo, movimento de mulheres, militantes políticos; duas (2) beneficiárias do Bolsa Família, totalizando dezessete (17) entrevistados. Os momentos das entrevistas foram mediados pelo diálogo, deixando-os livres para escutá-los e assim colher as informações, que contribuiu para as(os) entrevistadas(os) darem respostas esclarecedoras, ao mesmo tempo possíveis de serem corrigidas. Em relação ao instrumento-questionário, este traz questões direcionadas e abertas para levantar opiniões, atitudes, crenças em torno do objeto de estudo (GIL, 2006).

Imagem 02 – Sujeitos participantes da pesquisa em Parintins

Fonte: a autora (2022)



O estudo se desenvolveu a partir das seguintes fases: revisão da literatura, consulta bibliográfica dos fundamentos teórico-metodológicos, levantamento e análise documental, organização de agenda junto aos sujeitos para aplicação do questionário, viagem à cidade de Parintins, entrevistas, análise dos dados e a elaboração da dissertação.

No processo de revisão da literatura encontram-se estudos em torno da RECID como de Mariana Pasqual Marques que, em 2008, fez pesquisa em torno da construção do campo da educação popular no Brasil, sua história e repertórios dos anos 60 ao período da RECID, pela PUC de São Paulo. Já Suzana Coutinho, em 2012, abordou a problematização e as possibilidades da educação popular. Em seu estudo, analisa a organização e a metodologia em rede – a organicidade e metodologia da RECID, pela UNISAL. Eliane Cristina Rosalino Garim, pela UFRS, no ano de 2016, estudou as correlações de forças entre a educação popular e a política pública.

A presente pesquisa é, aparentemente, a primeira que tem como objeto a experiência da RECID no Estado do Amazonas, embora essa experiência tenha participado de alguns processos de sistematizações coordenadas pela equipe Nacional da Rede de Educação Cidadã.

O presente estudo tem importância por se tratar de uma experiência recente na história da educação popular que dialoga com a atualidade. A Rede de Educação Cidadã é inédita em que um governo popular e diferentes segmentos organizados da sociedade civil se juntam para retomar o trabalho de base e desencadear processos de formação política pautada pelos princípios da educação popular freireana para a mobilização, organização e participação social.

Resgatar a experiência da RECID é ainda limitada embora revele a riqueza do que foi essa rede que nasce com a intencionalidade de contribuir, num primeiro momento, para a inclusão e transformação social das famílias atendidas pelo “Programa Fome Zero”, criado para erradicar a fome e dar voz e vez aos beneficiários da política pública, tomando o sujeito beneficiário como parte ativa e autônoma no escopo do próprio programa.

Destarte, o estudo está estruturado da seguinte forma: apresentação, três (3) capítulos e mais as considerações finais. A apresentação traz as motivações, interesse e inquietações acerca do estudo. Destaca os objetivos, a justificativa, o limite temporal e teóricos que embasaram o estudo.

O primeiro capítulo aborda o conceito de Educação Popular (EP), enfatiza a contribuição para os processos e lutas populares no Brasil a partir dos anos 60 como grande movimento e caminho de possibilidades para a organização social. Ressalta a relevância da EP que nasce das lutas das classes populares com saberes, sentires e anseios do e para o povo com as experiências históricas, que vai na contramão da política de educação neoliberal. Portanto, se reafirma a EP, instrumento político e pedagógico para o fortalecimento do coletivo e resgate da cidadania. Aborda a importância do trabalho de base desencadeado pelas comunidades eclesiais nos anos de 1970/80 e Movimento de Educação de Base (MEB) para o processo de organização popular principalmente nas regiões Nordeste e Norte. Enfatiza-se, as práticas inovadoras como a do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular (NEPE), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, experiência que ultrapassou e segue ultrapassando os muros da Universidade. Ao mesmo tempo o capítulo traz a importância dos fóruns a partir dos anos 90 no Brasil e dá ênfase aos fóruns da Amazônia que nascem a partir dos anos 2000 enquanto espaços que “alimentam” a luta e a militância política que fomentam a reflexão, a troca de experiências, lugar de anúncios e denúncias em torno das pautas da Amazônia.

O segundo capítulo apresenta a história da Rede de Educação Cidadã (RECID), um projeto inédito, uma experiência híbrida, inovadora de educação popular no Brasil, na

América Latina. Um projeto em que um governo de dimensão popular e grupos organizados da sociedade civil se juntam para iniciar um processo de formação política na perspectiva da educação popular. Nesse sentido, vamos encontrar o processo de organização da RECID em instância nacional e no estado do Amazonas no período de 2003 a 2010. Assim como destaca as instituições, movimentos sociais, grupos, sujeitos que constituíram o coletivo¹ RECID no Amazonas. Ressalta os processos político-pedagógicos desencadeados nas cidades de Manaus e Parintins, considerando a organicidade, gestão compartilhada e articulações políticas. Descreve o processo de mobilização, articulação e discussões acerca da proposta da educação popular na perspectiva de uma política pública ocorrido nas mais diversas rodas de conversa realizadas com diferentes grupos e sujeitos do governo e da sociedade civil. Como resposta desse processo, a elaboração do Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas, um dos legados da RECID. O capítulo também dá ênfase ao trabalho realizado na cidade de Manaus e Parintins, traz duas bonitas experiências de educação popular, uma que permeia pelo processo de organização social das mulheres na zona Leste de Manaus e a outra que trata da organização dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Parintins. Experiências significativas anunciam que o trabalho junto ao e com o povo na perspectiva da educação popular dão boas respostas desde que considerem as especificidades locais.

O terceiro capítulo busca analisar e refletir a respeito do objeto de estudo a partir da visão, percepção e falas dos sujeitos participantes da pesquisa, pessoas que vivenciaram os processos político-pedagógicos no tempo delimitado para o estudo (2003 a 2010) na Zona Leste de Manaus² e na cidade de Parintins³. O capítulo também dá ênfase ao conceito de educação popular elaborado pelas educadoras e educadores a partir da prática cotidiana. Traz os aprendizados, impactos e desafios de um trabalho em rede num estado de diferentes complexidades como o estado do Amazonas, desafio este subentendido em uma das cartas pedagógicas da RECID/AM elaboradas pelo coletivo de educadoras e educadores em 2010, quando exprimem “por meio do remanso dos rios, lagos, igarapés, remamos, levando a educação popular para contribuir e fortalecer os processos de organização social em diferentes

¹ Coletivo estadual – grupo constituído por educadoras, educadores, educandos(as), militantes do movimento social, pastorais católicas, movimento fé e política, associações de moradores, sindicatos, fóruns, grupos de mulheres, juventudes, organizações do campo, sem teto, LGBT, enfim, diferentes grupos sociais organizados que conduziam o processo político pedagógico, assessorado pela coordenação da equipe RECID Nacional.

² Zona Leste de Manaus – A zona Leste, junto da zona Norte, forma a macrozona denominada zona de expansão, sendo a segunda mais populosa da cidade com 542.593 habitantes, São José e Zumbi, são bairros bastante populosos. (Caderno do Jornal do Comércio, 24 e 25 de outubro de 2022).

³ Parintins, cidade localizada na região do baixo Amazonas, que participou da RECID desde 2003 é centro da cultura popular do festival folclórico que acontece final de junho entre os bois caprichoso e garantido.

cantos do estado do Amazonas”.

As considerações finais trazem um resumo em torno de cada capítulo e a reflexão acerca das hipóteses levantadas, enfatizando como os fios coloridos dessa rede foram tecidos, organizados, com que sujeitos e para quê. Ressalta os desafios de um trabalho de educação popular num estado tão peculiar como o estado do Amazonas, destaca o que não se pode perder de vista na continuidade de uma experiência de educação popular, de um trabalho em rede de dimensão e intencionalidade como o projeto Rede de Educação Cidadã.

2 CAPÍTULO I

2.1 Educação popular

2.1.1 Educação popular: um movimento em construção

O presente capítulo dialoga em torno do conceito de educação popular, seu movimento de construção e tessitura no Brasil. Reflete a educação popular e os processos educativos como parte fundamental para a organização e lutas populares tanto no Brasil como na América Latina. Considera a educação popular parte de um grande movimento que nasce das lutas das classes populares, com as experiências, saberes, sentires, anseios do e para o povo.

Nessa perspectiva, Jara (2017) afirma: “todos los procesos de educación popular en América Latina han estado siempre vinculados a un proceso de organización, de participación y de espiración de espacios de construcción de democracia”.

No Brasil, o movimento de educação popular ganha destaque no século XX na metade dos anos 50, e pode-se apontar como marco histórico os anos 60, período durante o qual, segundo Paludo (2001), “se intensifica uma nova tentativa de organização autônoma dos trabalhadores rurais e urbanos. É nessa década que se tem pela primeira vez uma pedagogia anunciada, oriunda das classes populares”.

É importante destacar o frutífero trabalho desenvolvido na cidade do Recife via o Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos círculos de cultura popular⁴. Experiências que desencadearam no relevante projeto de alfabetização de adultos elaborado e coordenado pelo educador Paulo Freire, em 1963, conhecido como as “40 horas” de Angicos⁵.

No campo popular, o Movimento de Educação de Base (MEB)⁶ - organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - desde o trabalho de base junto a camponeses no Rio Grande do Norte em 1961, baseado na metodologia de Paulo Freire, atingiu meio milhão de camponeses no Norte e Nordeste com o programa de alfabetização de

⁴ Círculos de cultura popular - no método Paulo Freire – revive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano. Em diálogo circular, inter subjetivando-se mais e mais, vai assumindo, criticamente, o dinamismo de sua subjetividade criadora. Todos juntos, em círculo, e em colaboração, reelaboram o mundo e, ao reconstruí-lo, percebem-se de que, embora construindo também por eles, esse mundo não é verdadeiramente para eles. Humanizado por eles, esse mundo não os humaniza. As mãos que o fazem, não são as que o dominam. Destinado a libertá-los como sujeitos, escraviza-os como objetos (FREIRE, *Pedagogia do Oprimido*, 1987, p. 12).

⁵ Cidade localizada no semiárido nordestino, dentro do “polígono das secas” - Mesorregião Central do estado do Rio Grande do Norte (SILVA, *O processo de formação histórico territorial de Angicos*, 2017).

⁶ O MEB foi um movimento criado e dirigido pela hierarquia da Igreja católica e o Movimento Paulo Freire, embora autônomo em relação à hierarquia da Igreja, guiava-se predominantemente pela orientação católica, recrutando a maioria de seus quadros na parcela do movimento estudantil vinculado a juventude católica (Saviani, 2020, p.105).

adultos, educação no campo da saúde, do trabalho, da cidadania, da organização sindical e da participação política via rádio como instrumento pedagógico (Caderno I ciclos de seminários organizado pela Rede de Educação Popular de São Paulo, 2008).

O Movimento de Educação de Base, representa o processo de renovação da pedagogia católica, conhecido como teologia da libertação. Compromisso que a ala progressista da igreja católica assume junto ao povo, fruto das conferências do episcopado de Medellín–Colômbia em 1968 e de Puebla-México em 1979.

O MEB teve como missão promover, contribuir com e para a promoção humana integral e superação da desigualdade social mediante programas de educação popular libertadora ao longo da vida, servindo sempre e em primeiro lugar aos pobres. Programas que foram alicerces para que a educação popular se fortalecesse no Brasil e em regiões como Norte, Nordeste e Centro Oeste. As ações do MEB foram no campo do trabalho para a educação e organização social, se contrapondo ao modelo de educação colonialista, excludente e bancária.

Segundo Saviani (2020), as conferências chamam o povo católico para o engajamento no processo de desenvolvimento e libertação da população oprimida, fatos que levaram à criação da ação popular entendida como “a expressão de uma geração que manifesta na ação revolucionária, as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como consequência da análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que vivemos” (SAVIANI, 2020, p. 105).

De acordo com Paludo (2001, p. 49), “no início dos anos 1960, a hegemonia deste tipo de relação com as classes populares começa a ser posta em questão. É neste período que se intensifica uma nova tentativa de organização autônoma dos trabalhadores rurais e urbanos”.

Nos anos 70, tem-se um cenário de golpes de Estados na América Latina. Um contexto que não irá intimidar o movimento dos professores no Brasil. Segundo Saviani (2020), “os anos 70/80 marcam um momento de organização dos educadores em torno da problemática da formação e valorização dos profissionais da educação”. Esse processo contribuiu para a categoria se manter vigilante em torno das medidas que estavam sendo pensadas no campo das políticas educacionais e que se estendem aos anos 90, período de grandes mobilizações e greves da categoria.

Já nos 80, processo de transição para a democracia, destacam-se alguns movimentos populares, que surgem a partir das lutas populares e do trabalho junto às comunidades eclesiais de base, como:

- Movimento Negro Unificado – luta contra a discriminação racial e social;
- Criação da Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais – espaço de rearticulação das forças populares e sindicais democráticas;
- Criação do Partido dos Trabalhadores (PT);
- Criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua com relevante papel para criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- A articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na luta pela reforma agrária no Brasil;
- O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na Amazônia - luta principalmente contra os grandes projetos capitalistas que não consideram as peculiaridades e culturas locais;
- Associações e Movimentos Comunitários que incentivaram a criação de associações de bairros;
- A Comissão Pastoral da Terra (CPT);
- Pastorais sociais da igreja católica, com ênfase à Pastoral da juventude (PJ) na luta por políticas públicas para as juventudes;
- Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Os movimentos sociais nos anos 90 foram importantes para se contrapor ao cenário das políticas neoliberais. Para Conceição Paludo (2001):

[...] a educação popular representa uma das concepções de educação que inicia sua gestão com o projeto de modernidade brasileiro e latino-americana, cujos contornos se inovam e começam a se delinear de forma mais clara, ganhando adesões importantes, no início dos anos 1960. Aprofundando-se nos anos 1970/80, esta concepção sofre críticas contundentes no final dos anos de 1980 e continua, com ganhos no âmbito de sua formulação e práticas, presente nos anos de 1990.

(PALUDO, 2001, p. 65)

É importante ressaltar a educação popular como fio condutor e instrumento pedagógico a serviço de um projeto de sociedade e de uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista. “Os anos 90 delineiam um novo cenário. A sociedade aprendeu a se organizar e a reivindicar seus direitos de cidadania, a partir da constatação da qualidade de não-cidadãos que são na prática construída a partir de 1988” (GOHN, 1994, p.8).

Ao mesmo tempo em que há um cenário de descrença, também acontece a organização do povo, motivado e assegurado pela Constituição de 1988. Assim, nos anos 90 os espaços de

diálogos como fóruns, conselhos de controle social das políticas públicas, audiências públicas, ganham tessitura social e concomitantemente há incentivo para a criação e o fortalecimento de outros espaços de participação e controle social.

Gadotti e Torres (1994, p. 8) ressaltam que “a educação popular passou por muitos momentos epistemológico-educativos e organizativos, indo desde a busca pela conscientização até a defesa dos direitos humanos”. Pode-se dizer que estes processos por um momento foram silenciados, alguns aniquilados pelas ditaduras militares presentes na América Latina e no Brasil. Um período cercado por brutalidades sangrentas resultando em tantas vidas ceifadas de militantes populares envolvidos na luta pelo fortalecimento da democracia e da organização social.

Segundo Adriana Puiggrós (1994) de la Universidad de Buenos Aires, em seu texto “História y prospectiva de la educación popular latino-americana” encontrado no livro “Educação Popular Utopia Latino-americana” (organizado por Gadotti e Torres) afirma que:

Uno de los grandes aciertos de Paulo Freire fué destacar la presencia del elemento político em los procesos educacionales de nuestras sociedades no como simple reflejo de la lucha de clases, sino avanzado hacia el análisis de la forma específica que adquiere la opresión social em el interior del proceso educativo, en el lugar de transmisión-creación del saber (PUIGGRÓS, 1994, p. 17)

Assim, compreender que a educação é um ato político passa por politizar os processos pedagógicos e avançar na dimensão de que a educação não é uma simples transmissão de conhecimento. Educação é compromisso com um projeto de sociedade que vai para além de ensinar conteúdos numa sala de aula; é compreender as origens do Brasil, escravocrata, excludente; é lutar contra um projeto hegemônico opressor; é buscar as causas das injustiças e desigualdades sociais presente no cotidiano das pessoas. “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 110).

Educação enquanto ato político é chamar a outra, o outro para construir a história a partir de sua visão de mundo rumo à transformação social. Assim, pautar uma das categorias da educação popular, o diálogo⁷, pressupõe a horizontalidade, atitude central para fomentar uma pedagogia de concepção emancipadora, transformadora, que leve a rupturas num contexto de projeto e políticas neoliberais.

⁷ Categoria do diálogo - o diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se além de si mesma. Consciência do mundo, busca-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro. (FREIRE, Pedagogia do Oprimido, 1987, p. 11).

Para Paludo (2001):

A educação popular é entendida como um processo educativo que se vincula de forma estreita à ação organizada das camadas populares visando, contribuir para a construção de uma sociedade que esteja de acordo com os seus interesses. Um processo criativo, sistemático e intencional.

(PALUDO, 2011, p. 100)

Portanto, pode-se dizer que a educação popular é parte fundamental para a construção de uma nova sociedade. “Uma pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 1987, p.20).

No dizer de Paulo Freire (1967), “a educação não transforma a sociedade. Ela transforma os indivíduos que são os sujeitos que transformam a sociedade”. Compreendida dessa maneira, “a educação popular é um dos instrumentos estratégicos na construção de uma revolução moral e intelectual para a transformação social, é essencial para um projeto de sociedade que caminhe no sentido da emancipação, que busca agir na mudança de posturas, sentimentos, valores e estruturas, que aponta para novas relações sociais” (Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda do Poder Popular. – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011).

Em Gadotti et al (1994), “a educação popular se constitui de um grande conjunto de teorias e de práticas que têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, a emancipação humana”. Portanto, a educação popular é uma estratégia e um campo de possibilidades que corrobora com os diferentes processos que pautam a conscientização⁸ e organização popular.

Segundo Carrillio (2016), “a concepção da educação popular perpassa por uma corrente pedagógica emancipadora e afirma os setores populares como sujeitos de sua própria história”.

Na mesma perspectiva, Gadotti et al (1994) afirmam:

A educação popular é um dos marcos teóricos e práticos mais férteis da experiência latino-americana, uma corrente pedagógica e ao mesmo tempo um movimento educativo, com profundas raízes na América Latina, surge em torno das ideias de Paulo Freire e há décadas inspira reflexões e práticas de educadores de base e assim por dizer, de professores (GADOTTI et al, 1994, p 8).

⁸ Em Pedagogia do Oprimido, Freire (1987) nos diz “... não é a conscientização que pode levar o povo a fanatismos destrutivos. Pelo contrário, a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de uma afirmação”. (FREIRE, 1987, p. 15).

Em “metodología de la investigación científica”, Mejiá (2005) refere que “a educação popular é uma ferramenta para se construir processos coletivos, diálogos e perspectivas integradoras na América Latina”. Considerar o imenso mosaico cultural que envolve o Brasil e toda a América Latina é um elemento a ser considerado nesse processo integrador.

Por conseguinte, o diálogo na educação popular freireana é a base para a construção de um processo de libertação para se avançar numa proposta de educação emancipadora. Um princípio da educação popular em que as partes se colocam a ouvir o outro. Sua materialização exige reflexão, respeito e valorização dos diversos saberes. À vista disso, o diálogo corrobora para a coerência entre o conhecimento e a prática, entre o conhecer, falar e o fazer na experiência educativa.

A socióloga Conceição Paludo (2001, p.95) afirma: “para Freire, todo o educador popular deve ter, na relação com as classes populares, uma postura pedagógica. O núcleo articulador desta postura é a ação reflexiva, mediada pelo seu compromisso e pela participação e diálogo de todos envolvidos”.

Frei Betto (2002), na cartilha do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPS) “Desafios da Educação Popular”, assevera:

Na educação popular, sempre trabalhamos com o esquema das esferas sociais. Fizemos isso para visualizar o papel da educação popular na formação da sociedade civil. Mas também para ter a visão do que seria o estratégico, num processo de transformação social. Dizíamos que a organização social do povo, dos oprimidos, divide-se em cinco esferas de organização social. A ordem adotada foi a ordem histórica, a ordem da organização das esferas, de 1964 para cá (BETTO, 2002, p.8).

Para Frei Betto (2002, pp. 8-9), são cinco as esferas que não se pode perder de vista num trabalho de organização do povo:

- a) a primeira esfera social foi a pastoral - foram as comunidades de base que primeiro se reorganizaram no mundo popular brasileiro nos pós 64;
- b) a segunda esfera social é a do movimento popular - havia o compromisso social das comunidades eclesiais de base;
- c) a terceira esfera social do movimento sindical - nos anos 70 ganham o caráter de classe;
- d) a quarta esfera social é a dos grupos e partidos políticos - quando adquirem formatação própria e com projetos junto à sociedade;
- e) a quinta esfera quando os partidos decidiram disputar espaços na esfera do poder estatal, chegando às administrações populares.

A educação popular avança nesse paradigma quando percebe que a condição dos grupos sociais no processo organizativo está associada à apropriação da educação popular e de sua metodologia, favorecendo à educadora e educador, se aproximar dos anseios e da vida da educanda, do educando, do povo. Assim, partir da experiência do grupo, das pessoas é quebrar posturas de uma educação que leva para os grupos tudo pronto.

Para Gadotti et al (1994):

Os princípios contidos na concepção da educação popular a colocam num plano diferente da educação tradicional, bancária, tais como: a ênfase nas condições gnosiológicas da prática educativa, na educação como produção e não meramente como transmissão do conhecimento, na luta por uma educação emancipadora e na sua relação dialógica, critério e parâmetro do descobrimento da razão de ser das coisas, na noção de uma ciência aberta às necessidades populares e no planejamento comunitário e participativo (GADOTTI et al, 1994, p. 9).

Pode-se destacar que a educação popular é uma concepção prático-teórica, sua metodologia é compromissada com as dimensões da cultura e dos direitos humanos; com o protagonismo das classes populares e preza pela criticidade; pensa o ser humano e busca a constituição do povo como sujeito político. É colocada, por isso, como ferramenta pedagógica no trabalho que busca a formação política para promoção da cidadania (FREIRE, 1967).

O papel da educação popular no processo da transformação social, na busca de outro modelo de sociedade passa por considerar aspectos da dimensão política, ética e cultural.

Para Vasconcelos (2017), a educação popular como um modo de participação para a organização de um trabalho político abre caminho para a conquista da liberdade e direitos. Busca trabalhar pedagogicamente a mulher, o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular. Tem em vista fomentar formas coletivas de aprendizagem e conscientização, promovendo a capacidade de análise crítica sobre a realidade. Também prima pelo aperfeiçoamento das estratégias de luta e seu enfretamento.

Conforme Puiggrós (1994, p.13), “la educación popular es siempre una posición política y político-pedagógica, un compromiso con el pueblo frente al conjunto de su educación y no se reduce a una acción centrada en una modalidad educativa” (In: GADOTTI et al., 1994).

Para Gadotti et al. (1994):

A educação popular é um paradigma teórico que surge no calor das lutas populares, tenciona codificar e decodificar temas geradores acerca das lutas, colabora com os movimentos sociais e partidos políticos que expressam as lutas populares. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, do afro-americano, do analfabeto e trabalhador industrial (GADOTTI et al., 1994, p. 8).

A essência da educação popular está na metodologia da prática transformadora. Prática intimamente associada à formação cidadã participativa, tendo como horizonte um projeto de sociedade que anseia mudar a realidade, projeta uma transformação das relações político-sociais e, de acordo com Brandão (2006), corrobora para uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista com a redução do Estado e tantos outros desafios sociais.

Em “Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas”, Pontual et al (2009, p. 129) afirmam que, “as novas demandas da educação popular se relacionam com a atualização de seu sentido e método”. O contexto exige diálogo e uma nova noção de cidadania que transcende as fronteiras nacionais. “O diálogo é uma exigência existencial” (FREIRE, 1987, p.45).

Assim, numa relação dialógica, os diferentes saberes se confrontam, pois estes desvelam interesses e intencionalidades. Ao mesmo tempo, promovem dialeticamente novos conhecimentos a partir da visão das classes populares e de um trabalho pedagógico.

Enfrentar tal situação é fato posto para a educação popular por conta de sua proposta política e pedagógica que tenciona construir outro projeto de sociedade sustentável e com cidadania, logo, com mais justiça e menos desigualdade social. A educação popular ajuda a criar experiências coletivas a partir da realidade individual. Constrói e reconstrói saberes; desmistifica realidades recorrendo à ação - reflexão – ação; vislumbra uma nova práxis e uma nova cidadania.

Para o jurista Dalmo Dallari (1998, p.14), “quem não tem cidadania está marginalizado e excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. Nem utopia, nem sonho, uma possibilidade para romper a prática da classe dominante. Por isso, a necessidade da luta e da organização popular. “O trabalho de base é uma estratégia para superar a cultura autoritária e o personalismo”, afirma PELOSO (2012, p. 17).

Posto isso, o sentido do trabalho pedagógico na concepção freireana é um ato político-educativo para a educação popular. Converter o trabalho social da comunidade onde o sujeito está inserido em um movimento popular de dimensão política, de cidadania crítica, reflexiva e ativa para transformação, é uma das propostas da educação popular. Ao mesmo tempo, é um desafio posto aos movimentos que atuam na dimensão da educação popular num estado complexo como o Amazonas.

O trabalho de base tem o intuito de contribuir para que o povo seja protagonista, desconstruindo paradigmas históricos e heranças de uma educação bancária. Acima de tudo,

incentivar o povo a ‘tomar a direção do barco’ é fazer educação popular. A partir desse pressuposto, Peloso (2012) confirma:

A educação popular é uma ferramenta político-pedagógica cujos objetivos permanentes são: a) traduzir, divulgar e recriar o conhecimento como força material para transformar a realidade; b) construir, divulgar e acompanhar a implantação da estratégia da organização popular como resposta aos desafios do cotidiano e história; c) qualificar quadros de militantes que se dispõem a transformar, pela raiz, a estrutura do sistema capitalista, no nível político, econômico, ideológico e cultural; d) elevar o nível de consciência da classe oprimida e incorporar o povo como protagonista; e) facilitar o entendimento e a aplicação do conteúdo e da metodologia popular, comprometendo as pessoas com a multiplicação criativa.

(PELOSO, 2012, p.34)

A intencionalidade de um trabalho na abordagem da educação popular pressupõe romper com práticas opressoras e com metodologias que não consideram os diferentes saberes. A educação popular é uma prática social e cultural. Assevera Freire que não há saber a mais ou saber a menos, o que há são conhecimentos e saberes que se completam.

Oscar Jara (2019) declara ainda que:

Toda práctica de educación inspirada en Freire es liberadora en al menos dos sentidos: liberadora de todas las condiciones, estructuras y relaciones que nos oprimen, que nos impiden ser y; libertadora de todas nuestras capacidades creadoras, críticas y constructora de mundos y relaciones diferentes, que nos permiten ser protagonistas la historia. (JARA, 2019, p. 17)

Não se pode perder de vista que a prática pedagógica inspirada no legado de Freire deve considerar o tripé: o ético, o político e o pedagógico na perspectiva da emancipação do ser humano. Para isso, a *práxis* (ação – reflexão - ação) que liberta mulheres, homens, juventudes, pessoas oprimidas, exige um amplo trabalho político-pedagógico de educação popular.

Esse foi um dos propósitos da RECID desde o seu início em 2003. Ao longo de sua trajetória, procurou compreender que a educação popular tende colocar a organização de base no centro da construção de um projeto emancipatório.

A RECID procurou destacar a importância da democracia na construção de um projeto hegemônico. Valorizar a cultura popular como fonte de identidade, reconhecer a vida cotidiana e as experiências do povo, foi um dos caminhos percorridos. Optou pela educação popular na perspectiva de transformação. Fez escolha de trabalhar com as trabalhadoras e trabalhadores, com grupos sociais que viviam em condição de opressão para construir com e a partir delas e deles um processo de superação das desigualdades na qual se encontravam, afirmações encontradas na obra (Vamos lá fazer o que será: mobilização social e educação

cidadã. 2ª. Edição/Rede de Educação Cidadã. Brasília - DF: Talher Nacional, 2006).

2.2 A educação popular no estado do Amazonas

O Amazonas é um estado com sua história política e social marcada por lutas populares, a exemplo de conflitos agrários em defesa de sua sociobiodiversidade e lutas urbanas por melhorias na qualidade de vida da população. E como diz Krenak (2019):

O dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera onde podemos suprir as nossas necessidades alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos que cada uma dessas pequenas sociedades tem de manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado.
(KRENAK, 2019, p. 39)

O estado do Amazonas é um terreno fértil para estudos no campo da educação popular. Nos últimos tempos, estudos têm sido realizados ressaltando principalmente a identidade amazônica, importantes e necessários para compreender os desafios enfrentados pelos diferentes povos da Amazônia, para contribuir com proposição e elaboração de políticas públicas que dialoguem e atendam a realidade e peculiaridades da região.

Norma Bentes (2014) estuda a relação das desigualdades sociais associada à favelização gerada pelo projeto Zona Franca na cidade de Manaus, nos anos 70/80, traz elementos que ajudam a entender uma cidade tão contraditória como a capital do Amazonas. Por sua vez, Feitosa (2008) aponta os movimentos de luta no Amazonas a contar dos anos 80, destacando a importância da educação popular para as lutas e movimentos populares e, ao mesmo tempo, chamando a atenção para o fato de que a educação popular precisa ser revisitada, logo, mais estudos precisam ser realizados nessa perspectiva.

Na Amazônia a lógica do capital sempre foi uma ameaça à diversidade de vidas e de culturas presentes no território. À medida que o capital avança, expulsa valores e compromete relações que para as populações do território não têm preço, como a solidariedade e cooperação. Restam as consequências sociais, as diferentes violações dos direitos humanos, abuso de poder, grilagem, desmatamento, dentre tantos outros problemas sociais (BENTES, 2014, p. 32).

O estado do Amazonas tem sofrido impactos por conta dos projetos pensados para o seu desenvolvimento. Dois ciclos econômicos marcam sua história: Primeiro, o ciclo da borracha do final do século XIX até a 1ª década do século XX - o estado desponta como

maior exportador do produto. O segundo ciclo é o do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM)⁹, este, principalmente nos anos 70/80, foi fomentador de lutas no campo da organização popular. Ou seja, modelos de economia que mudaram os aspectos sociais e geográficos especialmente na capital, Manaus.

Assim, no final da década de 60, com o projeto ZFM criam-se expectativas de desenvolvimento econômico não só para o Amazonas mas também para toda a região da Amazônia Ocidental¹⁰.

A despeito dos regimes autoritários que se instalaram na América Latina a partir da década de 60, “calando” os sistemas representativos (partidos políticos e sindicatos), os movimentos sociais e populares não se calam diante da correlação de forças, o que não foi diferente no Amazonas.

No estado do Amazonas, em particular a capital Manaus, berço para se implantar a estrutura administrativa para o projeto Zona Franca de Manaus, foi um atrativo para fomentar o processo de migração e êxodo rural tão marcante nos anos 70 e começo dos anos 80.

Como ressalta Bentes (2014):

A existência e manutenção da Zona Franca de Manaus sempre tiveram repercussão positiva junto aos habitantes da capital e interior do Amazonas, em especial junto à população menos favorecida economicamente, uma vez que é veiculada pelos gestores públicos e políticos como fórmula redentora para os problemas enfrentados nesta parte da região, especialmente pela geração de postos de trabalho.

(BENTES, 2014, p. 36)

Especificamente em Manaus/AM, o movimento de luta por moradia ganha tessitura, consequência do projeto ZFM que contribuiu para o surgimento de várias ocupações, as quais deram origem a novos bairros principalmente nas zonas Norte e Leste da cidade.

Para Bentes (2014, p. 32), “o desenvolvimento da cidade de Manaus assemelha-se à história da Amazônia, pelas intervenções de caráter modernizador realizado por diferentes agentes, pertencentes tanto ao poder estatal quanto ao capital nacional e internacional”.

Segundo Moura et al. (1993, p. 45) o projeto ZFM causou impactos principalmente para as mulheres, pois “a preferência pelo trabalho feminino para as atividades do setor eletroeletrônico ocorre pela facilidade com que estas desenvolvem o mecanismo do processo

⁹ A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada através do Decreto-lei no. 3.173 de 06.06.57 e implementada pelo Decreto-lei no. 288 de 28.02.67, como uma estratégia de desenvolvimento regional, propondo criar no interior da Amazônia Ocidental um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições básicas que permitissem seu desenvolvimento. (1993, p.17)

¹⁰ A Amazônia Ocidental abrange os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, segundo Bentes (2014, p. 34).

de montagem, resultado de suas históricas habilidades culturais”.

O projeto ZFM fez transformações sociais e causou impactos, transformando Manaus numa cidade marcada por desigualdades sociais, pela ausência de políticas públicas em prol da melhora de vida da sua população. Ainda nos dias atuais, a população manauara mais empobrecida economicamente sofre com a falta de saneamento básico, grande déficit de moradias populares, mobilidade urbana, segurança pública, falta de creches e escolas e tantos outros problemas que afetam o seu cotidiano, fato que não é diferente nos demais sessenta e um (61) municípios.

Segundo Bentes (2014, p.35), “o capitalismo migrou para buscar ampliar suas chances de rentabilidade, apropriando-se das oportunidades geradas pelo Estado e pelos baixos salários que pagaria à mão de obra”. A ZFM ao mesmo tempo que trouxe o ar de modernidade, desenvolvimento, possibilita um cenário de desigualdades sociais, de desorganização territorial e exploração da classe trabalhadora.

Moura et al., na obra: *Em Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletroeletrônica* (1993), comentam:

Com o processo de urbanização e modernização acelerada, e diante da incapacidade de ampliação da infraestrutura urbana, produz-se uma favelização das periferias de Manaus, para onde se dirigiu a população migrante rural, expulsa do campo pelo descaso com que foi conduzida a política agrícola. (MOURA et al., 1993, p.9)

Fazer educação popular no Amazonas é respeitar a cultura da região, é conhecer os espaços micros para atingir os espaços macros, é atuar no imenso mosaico cultural respeitando as diferentes identidades (BARRETO, 2004, p. 97).

Como já citado anteriormente, os processos de educação para organização popular vêm sendo construídos desde os anos de 1970/80/90/2000 no Amazonas. Dito isto, o estudo em questão apresenta experiências que dialogam entre si e com a proposta político-pedagógica da RECID, dentre estas, as mais recentes como os fóruns que hoje são espaços significativos para as pautas do Amazonas e da Pan-Amazônia.

2.2 Experiências de educação popular no Amazonas

O estudo traz algumas experiências de educação popular que desde os anos 60 têm relevância para as lutas populares e processos de organização social no estado do Amazonas, assim como, experiências mais recentes como os espaços dos fóruns.

2.3.1 O Movimento de Educação de Base (MEB)

O MEB desenvolveu uma rica experiência de educação de jovens e adultos, organização social na perspectiva da educação popular no Amazonas nos anos 80. Um projeto que propunha uma educação pensada para as relações do analfabetismo, vinculando-o às causas socioeconômicas para além dos aspectos pedagógicos. Sua proposta político-pedagógica buscava a superação da miséria e da exclusão social mediante a educação popular libertadora e emancipadora dos sujeitos. A formação para a organização das trabalhadoras e trabalhadores rurais nas cidades de Tefé, Carauari, Parintins, Itacoatiara e Manaus foi um processo significativo que repercutiu na constituição de espaços de luta, como o fórum da educação do campo, dos rios e da floresta, atuante nas cidades mencionadas acima até os dias de hoje. (FEITOSA, 2008, p. 109).

No período de 2004/2005, numa parceria com o governo federal, o MEB retomou o projeto de alfabetização de adultos no Amazonas com o programa Saber, Viver e Lutar numa parceria com a Arquidiocese de Manaus e Associação de Educação Católica, uma articulação para devolver o direito à alfabetização de pessoas que por diferentes situações não tiveram acesso a educação. O projeto foi realizado em Manaus, abrangendo várias comunidades e nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Careiro da Várzea e Rio Preto da Eva. A metodologia de alfabetização do MEB, baseado no método “ver, julgar e agir”, prescreve que o alfabetizar deve dialogar com a vida cotidiana, com a realidade na qual se encontram as alfabetizandas e alfabetizandos. Logo, deve refletir acerca dessa realidade para buscar as causas e, assim, agir de forma concreta para mudar a realidade – nos moldes da educação popular freireana. A experiência de alfabetização e organização popular do MEB até os dias de hoje desperta interesse e continua sendo objeto de estudo e pesquisa na academia.

2.3.2 A Associação de Educação Católica do Amazonas (AEC)

A ação da AEC no campo da educação popular traz uma experiência associada ao trabalho desenvolvido por meio da coordenação de educação popular junto às comunidades de Manaus em 1997 com a missão de resgatar a educação popular como prática social que nasce dos anseios e da luta das classes populares por melhores condições de vida.

Tendo como ponto de partida a escuta acerca das experiências existente nas comunidades de Manaus, a AEC em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em

Educação Popular (NEPE), Pastoral da Criança da Arquidiocese de Manaus, Movimento de Educação de Base-MEB, Cáritas Arquidiocesana de Manaus e a coordenação das pastorais sociais, realizam rodas de conversas para estudo e reflexão mediado pelos princípios da educação popular. A partir dos acúmulos e parcerias em 1998 acontece “I seminário estadual de educação popular com o objetivo de debater a educação popular em tempos neoliberais e seus desafios para a construção de uma práxis libertadora” (BARRETO, 2004, p. 98).

Dentro de um contexto favorável de articulação e diálogo, momento propício para a mobilização, a AEC e o NEPE-Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, estendem suas ações para além dos muros da Universidade com a organização social dos grupos em diferentes bairros de Manaus. Ações estas que se somaram à realização do seminário, um ganho político para a criação do fórum de discussões em educação popular do Amazonas. Um espaço para fortalecer e avançar com a pauta da educação popular no Amazonas, para discussões, troca de experiências e partilha de sonhos.

2.3.3 O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Experiências em Educação Popular (NEPE)

O NEPE foi criado em 1989, fruto do interesse e disposição política de um grupo de professores e estudantes da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Nasce com a concepção de educação diferente da oferecida no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. “A proposta básica do Núcleo traduz-se em buscar uma nova relação institucional com a sociedade, com propósito de priorizar as demandas de educação das camadas populares, incorporando a educação feminina enquanto elemento das classes oprimidas” (FEITOSA, 2008, p. 189).

Na trajetória do NEPE “preponderam as ideias-força de Paulo Freire, presentes em suas obras, o que denota o alcance das reflexões filosóficas do autor, para além de seus contributos específicos para educação de adultos na América Latina e Brasil” (FEITOSA 2008, p. 190).

A atuação do NEPE está associada ao fomento de projetos de extensão no campo da educação de adultos e educação popular, mola motor do núcleo. Um espaço para estudo, aprofundamento e troca de experiências com outros sujeitos que vão para além da Universidade, pares que partilham do mesmo projeto e concepção de educação e sociedade. Para isso, faz parte do planejamento do núcleo, realizar seminários, debates, rodas de conversa com estudantes e pessoas interessadas em aprofundar temas da educação popular,

como também, tenciona qualifique projetos de extensão na temática da educação de adultos e educação popular.

2.4 Fóruns: espaços de formação, diálogo, luta e fortalecimento da militância

A realização do I seminário de educação popular do Amazonas em 1998 já citado anteriormente, foi um importante momento para organizar, articular, intercambiar experiências e criar oportunidades para integrar linhas de atuação que envolvesse pessoas, grupos e organizações populares e/ou instituições relacionadas à questão da educação popular no estado do Amazonas (Relatório do I seminário de Educação Popular do Amazonas 1998).

O contexto das políticas neoliberais nos anos 90, assim como as discussões em torno do Estado mínimo, foram motivações para se pensar em novos espaços em contraposição ao neoliberalismo. Nesse sentido, os espaços dos fóruns, articulados e organizados pelos movimentos sociais ganham tessitura no Brasil a partir de 2001, desencadeando na realização do 1º. Fórum Social Mundial-FSM realizado na cidade de Porto Alegre - RS, com o propósito de contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos-Suíça.

2.4.1 O Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Criado em 2003, o fórum estadual de EJA é resultado das ações em educação de adultos que vinham sendo desenvolvidas no Amazonas desde 1992. “Um espaço de articulação informal de educadores, educadoras, entidades do poder público, universidades, organizações-não governamentais, movimentos sociais, empresas privadas e interessados na formação de uma rede de práticas na educação de jovens e adultos”. (FEITOSA, 2008, p. 80).

O Fórum de EJA constitui-se em um espaço de âmbito estadual com o objetivo de articular, socializar e intervir na realidade da educação de jovens e adultos, desde a realização da V Conferência Internacional de Educação de Adultos-CONFITEA, realizado em Hamburgo-Alemanha em 1997. A CONFITEA trouxe o debate em torno da EJA centrada no ser humano e na sociedade participativa. O Fórum busca acompanhar e avaliar a efetividade das políticas públicas, um espaço para o diálogo, reflexão, assim como, para pensar estratégias de reivindicações de políticas em prol da educação de jovens e adultos e educação popular com qualidade, inclusiva e que considere a realidade dos sujeitos beneficiários da EJA.

A educação de adultos enquanto modalidade de ensino, é uma conquista, por outro lado, um desafio que exige articulação das instituições e grupos que compõe o fórum para garantir a política de EJA pautada dentro dos princípios da educação popular. Nesse processo de construção dialogada, destaca-se a parceria das educadoras e educadores populares da RECID e tantos outros parceiros do campo da educação popular, que conseguiram aprovar proposta de educação popular na Conferência Nacional de Educação de 2010, primeiro na instância municipal, depois nas etapas estaduais em cinco(5) estados o que garantiu ir para o documento base e ser aprovada no Plano Nacional de Educação-PNE.

2.4.2 O Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA)

O FOSPA é uma rede em movimento, ao mesmo tempo um movimento em rede com característica itinerante por toda a Pan-Amazônia. Um espaço para articulação dos movimentos, Ongs, Universidades, grupos populares que lutam para a construção de um projeto de sociedade e defendem os territórios tradicionais no contexto amazônico.

O Fórum representa um conjunto de elementos que constrói a história de uma região plural, diversa e com peculiaridades próprias como a Amazônia dentro de várias Amazôniaas. Tem caráter de reflexão e troca de experiências em torno de vivências dos grupos que habitam a Pan-Amazônia, pensam a Amazônia a partir de seus habitantes e conhecimentos dos seus ancestrais.

O FOSPA é para ação, mas também para fortalecer as lutas diante da invasão capitalista com os grandes projetos para a Amazônia. Lugar de resistência que fortalece e alimenta a luta, a militância política e social, lugar para o aprender coletivo.

A 1ª. edição do FOSPA aconteceu na cidade de Belém-PA em (2001), uma semente do Fórum Social Mundial; a 2ª. edição em (2002) foi realizada em Manaus, depois retorna à Belém em (2003). No giro pela Pan-Amazônia, sua 4ª. edição ocorreu em Ciudad Guayana/São Félix-Venezuela em (2004). Depois de um longo intervalo e debate em torno da relevância desse espaço, a 5ª. edição volta para a Amazônia e aconteceu na cidade de Santarém, região Oeste do Pará em (2010). A cidade de Cobija-Bolívia acolhe a 6ª. edição em (2012). De volta para o Brasil, a cidade de Macapá em (2014) acolhe a 7ª. edição. Dentro do universo da Pan-Amazônia, Tarapoto-Peru em (2017) foi a cidade onde se realizou a 8ª. edição. Dentro de um contexto de crise sanitária por conta da Covid 19, a sua 9ª. edição ocorreu de forma híbrida na cidade de Mocoa, Amazônia colombiana em (2021).

O FOSPA chega em sua 10ª. edição, tempo de celebrar a caminhada, de avaliar o processo construído e projetar os próximos 10 anos. E a cidade de Belém, com um contexto político favorável, lugar onde tudo começou é a cidade escolhida para realizar a X edição do Fórum Social da Pan-Amazônia.

No fortalecimento da educação popular na Amazônia, a RECID a partir da 5ª. edição do fórum, procurou garantir a presença de educadoras e educadores populares no FOSPA, no sentido de pautar a metodologia da educação popular no processo de organização desse espaço tão significativo para os movimentos sociais da Pan-Amazônia, como afirma Barreto (2017):

Os espaços dos fóruns são relevantes para a articulação dos processos de educação popular para o Brasil e América Latina pois conta com a participação de diferentes atores e organizações, por fazer uso de metodologia fundamentada na autogestão e diálogo, princípios da educação popular. (BARRETO, 2017, p. 278)

Fazer parte do processo de construção e da possibilidade de um espaço que defende uma outra concepção e projeto de sociedade, agrega pessoas com sonhos comuns e fortalece as lutas coletivas.

2.4.3 Fórum de Estudos e Leituras de Paulo Freire da região Norte

O Fórum é um espaço para o aprofundamento, reflexão crítica, troca de experiências e vivências dos princípios da educação popular. O Fórum é a continuidade de vários trabalhos que já ocorreram no Amazonas no campo da educação popular desde os anos 80.

A 1ª. edição do Fórum Leituras de Paulo Freire aconteceu em abril de 2016 em Manaus-AM. O fórum objetiva, segundo as professoras Rita Machado e Amanda Castro (2017):

Oportunizar um espaço de aprofundamento, reflexão crítica e (con)vivência, a partir do diálogo com diferentes pesquisas, experiências educativas e pedagógicas vivenciadas com as classes populares na escola pública ou movimentos e organizações sociais, tendo como base a perspectiva freiriana de que o ato de educar pode ser alegre, sem perder a seriedade e comprometimento necessários para uma educação crítica e libertadora, a serviço da (re)humanizar homens e mulheres da Região Norte. (MACHADO, CASTRO, 2017, p.16)

A realização do fórum passa pela construção de um projeto de sociedade que considere a diversidade de sujeitos, que defende os territórios tradicionais no contexto amazônico e constrói a história de um estado tão plural, diverso e com peculiaridades próprias como o Amazonas.

Como diz Jara (2013, p.129), “para transformar a realidade, há que se compreendê-la. Isso nos leva ao desafio de produzir conhecimentos desde nossa inserção concreta e cotidiana em processos sociais específicos que fazem parte desta realidade”. O espaço de um fórum com o propósito como o de estudos e leituras de Paulo Freire, é uma oportunidade para se fazer transformação social escutando os sujeitos que vivem cotidianamente os diferentes problemas da Amazônia.

O Fórum Estudos e Leituras de Paulo Freire busca articular os saberes acadêmicos com as experiências práticas da educação popular. Um espaço itinerante e de caráter reflexivo, com a propositura de acontecer anualmente nos estados da região Norte.

Os fóruns são espaços necessários para a militância e para a educação popular. Um espaço político, pedagógico, fomentador de diálogos, enriquecedor, energizador, alimentador de sonhos e esperanças, por isso, deve ser um espaço ocupado por educadoras e educadores. (BARRETO, 2017, p. 280).

Considerar os espaços dos fóruns estratégicos para reinventar o legado de Paulo Freire no contexto de Amazônia, é reafirmar que no Amazonas há motivações e elementos para a pesquisa, estudo da educação popular. Como destaca Brandão (1994), “a educação popular surge à margem da educação de adultos e, aos poucos, afirma-se contra ela, com um vigor que as ideias da educação permanente nunca souberam conduzir”.

O referido estudo ao compreender o quanto as experiências de educação popular presentes no estado do Amazonas, oportunizam e socializam conhecimentos, estes precisam ser conhecidos, pois são espaços de interação e interlocução. Para Freire (1992, p. 47) “não há práticas educativas, como de resto nenhuma prática, que escape limites. Limites ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos e culturais”.

A educação popular como uma possibilidade que busca a humanização das pessoas e com o que ao está no seu entorno, abre caminhos para construção de um sistema educativo popular freireano. No campo das possibilidades a educação popular pode ser incentivada pelo Estado em parceria com setores da sociedade civil organizada. Isso exige mudanças de paradigmas, diálogo, construção coletiva, vontade política.

As experiências significativas de educação popular no Amazonas, têm mostrado que contribuem para mudanças, fazem história, provocam no ser humano o surgimento de novos valores, atitudes, a pessoa se percebe um sujeito ativo, consciente, capaz de atuar criticamente no seu espaço social, acredita na força coletiva para intervenções junto à sociedade.

Portanto, ao considerar a Rede de Educação Cidadã como experiência recente, híbrida, inédita no Brasil e na América Latina, que num período histórico de 2003 a 2010, buscou contribuir na construção de caminhos possíveis para formação política, logo para mudanças de pensamentos a partir de um processo de sensibilização para formação de consciências críticas, é fazer história.

Para Ferrarini (2008):

O fundamento básico da conscientização consiste na ideia de que o conhecimento é uma evolução dos processos cognitivos. Nesse caso, cabe aos sujeitos processar e manipular informações adquiridas do mundo que os rodeia; o conhecimento é tido como um processo de acúmulo de informação sobre o mundo. Daí o entendimento que “conscientizar” é um convite para a captação da verdade e a educação é um esforço de capacitação científica e técnica dos grupos populares.

(FERRARINI, 2008, p. 44)

Um dos princípios da educação popular é buscar criar uma nova epistemologia que respeita e valoriza o senso comum no processo pedagógico para problematizar os saberes e as vivências. “A educação popular compreendida como um conjunto de teorias e de práticas que tem em comum o compromisso com os mais pobres. Os saberes socialmente construídos na prática comunitária, são os que têm e dão sentido à vida” (FREIRE, 1996).

Não há prática pedagógica sem uma escolha política e não há educação popular se teoria e prática não caminharem na mesma direção, ação-reflexão-ação. “Uma educação que manipula, jamais será libertadora, já que em Freire, os sujeitos precisam tomar em suas mãos a história de construção das suas caminhadas em direção ao ser mais” (PALUDO, 2001, p. 95).

A educação popular ao longo de sua construção histórica na América Latina e no Brasil, foi pensada como estratégia e caminho possível para fazer transformação social. Ao longo dos anos vem se reinventando, ressignificando saberes, construindo pontes, o que significa dar continuidade ao legado do mestre Paulo Freire.

A educação como ato político não é neutra, tem lado no campo que joga, tenciona em prol de um determinado projeto de sociedade. A educação popular somada a uma práxis que tenciona um projeto popular para o Brasil, requer estudo e organização.

Ao longo do período de 2003 a 2010, a RECID, no processo de articulação política, somou parcerias para semear a educação popular e realizar o trabalho de base, procurou ouvir os sujeitos chamando-os para coletivamente construir, participar e valorizar os processos de formação como estratégias para um caminho que leva às mudanças.

Para Frei Betto (2006):

Se o ser humano não se descobre cidadão, sujeito histórico, até mesmo suas aspirações mais elementares, alimentação, educação, trabalho, moradia e cultura, ficam confinados ao paradigma liberal-burguês. Busca-se apenas a melhoria das condições de vida, o que é justo. Mas, não suficiente. É preciso modificar também a nossa maneira de pensar, a nossa postura, as nossas atitudes, a nossa escala de valores. Eis o papel da educação popular (BETTO, 2006, p. 9)

A Rede de Educação Cidadã foi pensada para usar a ferramenta da educação popular como instrumento gerador de mudanças para saciar a fome de beleza, cidadania, cultura, para dar vez a quem tem voz, mas que no processo histórico ficou na invisibilidade.

As demandas pela educação popular tão representativas e significativas nos anos 80, estão presentes nos dias atuais. Vasconcelos (2017), afirma que, “o papel da história, como possibilidade de construção da educação libertadora, é pedagógico, comprometida com a consolidação de uma consciência de pertencimento à organização e movimentos sociais, etnias, dentre outros” (VASCONCELOS, 2017, p. 28)

No estado do Amazonas há um mosaico cultural de motivações e elementos para a pesquisa, o estudo acerca da educação popular em diálogo com a identidade amazônica. Uma educação popular construída por narrativas de mulheres e homens que fazem a história na luta cotidiana, uma educação popular que contribua para a preservação da identidade das diferentes culturas do território, que respeite a subida e descida dos rios, valorize a história das pessoas que labutam, sonham num amanhã melhor. Para Paulo Freire (1987), “ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo”. Assim, a concepção da educação popular tem muito a contribuir no processo de descolonização da Amazônia, do Amazonas.

3 CAPÍTULO II

Imagina-te como uma parteira. Acompanhas o nascimento de alguém, sem exibição ou espalhafato. Tua tarefa é facilitar o que está acontecendo. Se deves assumir o comando, faze-o de tal modo que auxilies a mãe e deixes que ela continue livre e responsável. Quando nascer a criança, a mãe dirá com razão: nós três realizamos esse trabalho (Lao Tse).

3.1 Sobre a rede de educação cidadã

3.1.1 Um projeto Nacional, uma iniciativa pioneira (2003-2010)

O presente capítulo apresenta a experiência da Rede de Educação Cidadã (RECID) como parte de um legado nacional, um trabalho desenvolvido em rede nos governos Lula. Uma experiência híbrida e única no Brasil e na América Latina. Pela primeira vez o governo federal se empenha na formação da população mais empobrecida do país, e, para isso, convida diferentes segmentos organizados da sociedade civil para desencadear processos de formação política mediado pela pedagogia da educação popular.

O histórico da criação da RECID em 2003 está associado ao processo de mobilização social para o combate à fome e à exclusão social, coordenado por Frei Betto e Oded Grajew que, juntos, mobilizaram os segmentos organizados, os movimentos sociais, pastorais sociais, universidades públicas, a sociedade civil, setor empresarial, repartições públicas e mistas para a grande campanha em construção.

Ao ser criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome (MESA), vários símbolos vão compor o Mesa como: Conselho Operativo-Copo, o Programa de Ação Para Todos pela Fome Zero-Prato, Agentes de Segurança Alimentar-Sal e o Talher, que a partir de 2004 se constitui na Rede de Educação Cidadã.

Com o Programa Fome Zero, uma sucessão de iniciativas, ações e projetos ocorreram no Brasil com o intuito de contribuir com a proposta do referido programa, tais como: a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), desencadeando na criação de conselhos estaduais, municipais, espaços constituídos por representantes do governo e sociedade civil com o objetivo de fazer o controle social, propor políticas públicas de segurança alimentar e combater a fome no Brasil.

Ao Programa Fome Zero (PFZ) caberia saciar a fome de pão, comida, ao Talher-Rede de Educação Cidadã, saciar a fome de beleza, cidadania, ou seja, fazer com que beneficiárias(os) do PFZ pudessem ter acesso às políticas públicas para não serem apenas público de uma política, mas, protagonistas do processo histórico que o país estava construindo. A obra “Vamos Lá Fazer o que Será: mobilização social e educação cidadã” (2006) afirma que:

Meu propósito era introduzir no Fome Zero, que se empenha em saciar a fome de pão, uma ferramenta capaz de aplacar também na medida do possível, a fome de beleza. E do ponto de vista social e político, fazer com que seus beneficiários, o contingente de menor renda no Brasil, passassem do individualismo à cidadania de alvos de políticas públicas a sujeitos, atores capazes de, não apenas produzir a própria renda, mas também um novo modelo de sociedade: o outro mundo possível.
(Vamos Lá Fazer o que Será: mobilização social e educação cidadã” (2006, p. 9)

A RECID é uma articulação de diversos atores sociais, entidades, movimentos populares e governo federal que assumem a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular. Por meio do diálogo e da participação ativa busca a promoção dos direitos humanos, a superação da miséria e propõe um trabalho tendo no horizonte um projeto popular, democrático e soberano de nação.

A obra “Educação Cidadã: novos atores, nova sociedade”, elaborado pela equipe do Talher Nacional- caderno de estudos, destaca que a RECID chegou nos vinte seis (26) Estados e Distrito Federal, envolvendo mais ou menos 600 educadoras e educadores populares no país. A RECID caberia “cuidar da parceria com a sociedade civil organizada para ajudar na alimentação cultural, fortalecer os movimentos sociais, fazer o acompanhamento de políticas públicas e implementação dos programas” (2004, p.9).

A RECID foi constituída no contexto de políticas neoliberais, uma experiência nova na história da educação popular brasileira, expressão da mobilização social para o processo da organização social, participação e controle social, compromissos explícitos do governo Lula, que até o final de seu mandato, “cada brasileira e brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias”.

E assim foi lançado o projeto RECID por todo o território brasileiro para realizar processos de formação por meio da educação popular na perspectiva de contribuir para uma sociedade com mais igualdade, justiça social e promoção dos direitos humanos. Um incentivo à participação e controle social, com organização social a partir das bases. (Vamos lá fazer o

que será: mobilização social e educação cidadã. 2ª edição/Rede de Educação Cidadã. Brasília-DF: Talher Nacional, 2006).

Nessa perspectiva, o governo reforçou o convite junto aos segmentos sociais no sentido de se compreender que a fome é uma questão nacional central, uma pauta política e não uma fatalidade individual. O governo eleito pela vontade popular tomava para si o desafio de erradicar a fome e, para isso, deu o primeiro impulso no amplo processo de participação popular. Era necessário compreender o porquê de tantas brasileiras e brasileiros passando fome num país de história agrícola. O combate à fome é uma decisão política e fazer um grande mutirão nesse momento histórico se fazia necessário.

Para Castro (2006),

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sem em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. (CASTRO, 2006, p. 266)

Para fazer o acompanhamento de uma das políticas estruturantes do Programa Fome Zero – o Programa Bolsa Família que integra várias políticas públicas: assistência social, saúde, educação, emprego e renda destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, foram criados os comitês gestores¹¹, constituídos por representantes da sociedade civil e de governo, com o objetivo de fiscalizar o andamento da política do PFZ.

Em 2004, o governo federal extingue os comitês gestores delegando às prefeituras a coordenação da política do Programa Fome Zero, atitude que “desmotivou” a participação social no acompanhamento da política, considerando que o PFZ poderia se transformar numa moeda de troca em períodos de eleições. Por sua vez, uma atitude que desconstruía uma das propostas do fazer pedagógico da RECID, que era fomentar o protagonismo das pessoas.

A Rede de Educação Cidadã em 2003 coordenada por uma equipe pequena de assessoras(es) do governo para a mobilização social e educação cidadã, se amplia em 2004/2005 com dez (10) assessores ligados ao Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã na Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), por conta do trabalho ganhar dimensão nacional. À equipe do Talher Nacional coube a missão de coordenar e acompanhar de forma colegiada, ou seja, junto com os coletivos estaduais, os processos político-pedagógicos desenvolvidos nos vinte seis (26) Estados e Distrito Federal.

¹¹ Comitês gestores – espaços importantes para a participação social e organização para efetivação do programa Fome Zero e mobilização em conjunto ou individual. (Fome Zero uma história brasileira, 2010).

A partir do 2º. semestre de 2004, educadoras e educadores foram contratados por meio do convênio 001/2004-2005 entre o Instituto Paulo Freire (IPF), Talher e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Ao IPF cabia fazer a gestão dos recursos destinados para a execução do projeto na ponta. A contratação de educadoras e educadores passa por essa gestão. Dessa forma, três (3) a sete (7) educadoras(es) foram contratados por estado, pessoas com histórico de militância e trabalho de base. Às educadoras e educadores, coube a missão de organizar as famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, com elas desenvolver um amplo processo de trabalho de base em parceria com pessoas voluntárias e voluntários oriundos das instituições, movimentos sociais que integravam o coletivo da RECID.

A experiência de nucleação de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Manaus no período de 2004-2006, foi exitosa, afinal, este era o público alvo atendido pela RECID. A partir de 2007 por conta dos rumos político-pedagógicos, a nucleação de famílias deixa de ser o foco principal das ações da RECID. Trabalhar com a formação política das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, fica a critério do planejamento da RECID nos estados, não mais, uma orientação nacional.

Com a tessitura da RECID vários questionamentos apareceram quanto ao seu fazer pedagógico, intencionalidade e coordenação do trabalho limitado a equipe de governo. Questões como: que critérios devem ser considerados para a escolha de quem compõe o Talher Nacional/Coordenação nacional da RECID? Por que a coordenação nacional deve ser constituída somente por pessoas do governo? Essa coordenação de fato representa os segmentos da sociedade, afinal, são governo? Os critérios para composição da coordenação nacional devem ser os mesmos para a escolha de educadoras(es) nos estados? Qual o sentido político e para quê a RECID? Como chegar aos municípios e às famílias atingidas pelo Programa Fome Zero? Como construir ações concretas para a inclusão social que levem a um novo projeto de desenvolvimento econômico e social? Como gerar emprego e renda para as famílias dependentes do cartão do Bolsa Família?

Para buscar respostas acerca da experiência no primeiro mandato do governo Lula 2003-2006, a coordenação da RECID coloca para os coletivos estaduais o desafio de sistematizar os processos político-pedagógicos. E como diz Jara (2013, p.75): “A sistematização de experiências é um exercício intencionado que visa a penetrar na trama “próxima complexa” da experiência e recriar seus saberes mediante um exercício interpretativo de teorização e de apropriação do consciente vivido”. A sistematização

possibilita olhar para o processo construído, refletir, considerar os aprendizados, os desafios e qualificar o fazer pedagógico.

Do processo de sistematização construída coletivamente tendo como ponto de partida a escuta dos coletivos estaduais, a coordenação nacional, o idealizador do projeto Frei Betto, se elabora a sistematização: *Vamos Lá Fazer o que Será: mobilização social e educação cidadã*, Rede de Educação Cidadã – Talher Nacional, Fome Zero, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2006.

A sistematização traz experiências significativas dos (26) vinte seis estados e do Distrito Federal. Dentre as evidências, se constatou que o trabalho de nucleação de famílias e a formação desencadeada pela RECID resultou no processo de organização e inserção dos sujeitos em grupos de economia solidária, organização de cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis, costureiras, artesãos, bordadeiras, hip hop e outras temáticas.

Na obra citada acima, o Presidente Lula ressalta: “O Brasil será Nação se tiver desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade. E nesta tarefa, vocês da Rede de Educação Cidadã/Talher têm um trabalho especial a fazer: mobilização e educação popular”. Um trabalho nada fácil, mas necessário e urgente que precisa de um grande mutirão, compromisso e comprometimento político de todas e todos.

O idealizador do projeto RECID, Frei Betto, na apresentação da citada sistematização (2006, p.9), diz:

Muito se avançou nos quatro anos do primeiro mandato de Lula, como comprovam as experiências aqui relatadas. E isso se deve a todos(as) companheiros(as) do Talher Nacional, bem como às equipes que se multiplicam por todo o território nacional. Porém, resta muito a fazer. O ideal seria que o trabalho da Rede atingisse as 11,1 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Esta é ainda uma meta, um propósito. Propiciar aos miseráveis condições objetivas e subjetivas de emergirem da esfera da necessidade à da gratuidade, produzir renda e novos modelos de sociedade, onde a desigualdade social ceda lugar à socialização dos bens da Terra e dos frutos do trabalho humano, e a competitividade seja suplantada pela solidariedade.

Quanto a formulação da proposta de mobilização social para o segundo mandato do Governo Lula, um amplo debate foi realizado em torno da intencionalidade e continuidade do projeto RECID no governo. O debate resultou na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) em 2007 o qual dá rumo ao trabalho da RECID para o 2º. mandato do governo Lula.

O PPP dá “liga” aos fios da rede, assim como busca nortear as ações do trabalho de educação popular, motivado por questões como: o que se tem é uma rede em movimento ou um movimento em rede? O que fazer com os núcleos de base já organizados?

Para a RECID, o PPP foi o caminho para perseguir o inédito viável sonhado por Paulo Freire ou mesmo a utopia de Eduardo Galeano. O PPP é o resultado do sonho coletivo. Este apresenta o que se deseja e que caminhos percorrer para se construir outro projeto de nação.

A obra do PPP, elaborado pela coordenação nacional da Rede de Educação Cidadã em parceria com os coletivos estaduais, apresenta o que a RECID entende como características de um Projeto Popular para o Brasil. O PPP é composto por doze (12) princípios e mais de sessenta (60) diretrizes, aprovado no 8º Encontro Nacional, realizado em Brasília - DF, em 2007. Nesse sentido, o PPP destaca alguns princípios e diretrizes como:

No campo do compromisso com o projeto popular de nação (p. 13):

- Mobilizar, participar, construir e fortalecer as lutas contra hegemônicas, populares e anticapitalistas de acordo com as especificidades locais, regionais, nacionais e continentais, considerando as experiências já existentes na Rede de Educação Cidadã e das entidades e movimentos sociais que a compõe, com comprometimento ético e partilha mútua;
- Promover, defender, difundir, efetivar e ampliar os direitos fundamentais da pessoa humana;
- Estabelecer uma reflexão crítica e permanente da metodologia da educação popular freireana, através de um amplo trabalho de base.

No campo do fortalecimento das lutas e dos movimentos populares (p.14):

- Valorizar e contribuir com as diversas lutas e bandeiras populares, buscando ações unificadas que reforcem a solidariedade de classe em suas várias formas de organização e manifestação;
- Debater sobre as ações da Rede de Educação Cidadã, a partir da reflexão sobre a metodologia de educação popular freireana, nos espaços locais, municipais, estaduais e nacional na sua relação com os movimentos populares, fortalecendo-os;
- Possibilitar e realizar formações através do trabalho de base, como formação permanente de educadoras(es) e lideranças, visando contribuir com a organização popular e com o surgimento de novas lideranças.

Quanto ao princípio da Dialogicidade (p. 21):

- Assegurar a construção e a socialização de saberes críticos, promovendo o diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico, valorizando os pensadores brasileiros, latino-americanos, africanos e outros na perspectiva crítica;
- Dialogar com grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluídos ou não em programas sociais, a partir de suas especificidades;
- Articular e construir processos que contribuam para explicitar as diferentes visões de mundo, problematizando-as para se chegar a novas sínteses e práticas.

Ao que se refere ao princípio processo de Educação Popular como Prática para a Liberdade (p.22):

- Criar condições e contribuir com a formação de sujeitos comprometidas(os), coerentes, éticas(os), fundamentadas(os) e ativas(os) no processo de transformação da realidade, vivenciando sua devida temporalidade em contraposição ao tempo do capital;
- Promover e fortalecer o debate permanente de conjuntura econômica, política e social, com ênfase na cultura e historicidade dos povos da América Latina (indígenas, africanos e outros);
- Avaliar os processos de Educação Popular, formulando indicadores qualitativos que deem a dimensão dos seus impactos nas diferentes realidades.

E quando se fala do Princípio de uma Mística da Militância e da Mudança (p.27):

- Vivenciar a mística como sentimento de pertença, gratuidade, partilha, construção coletiva e cultivo de valores, sem perder a visão e a prática do objetivo maior, a libertação;
- Cultivar e respeitar a subjetividade da militância, da mística e das crenças, que possibilitam a vivência coletiva, buscando nelas e nas necessidades as motivações para o trabalho, a esperança e a vida;
- Construir e cultivar relações de amorosidade, na escuta e no diálogo, atentos e capazes de perceber e respeitar a riqueza da diversidade das manifestações e tradições culturais e religiosas;

- Celebrar e contemplar a vida e a luta, com seus limites, avanços e aprendizados, a partir da natureza, da beleza, da poesia, da ternura, do amor, da afetividade e da generosidade e solidariedade.

O PPP traduz a crença no trabalho de base para se fazer a transformação social. Na obra *Movimentos Sociais e Educação*, Maria da Glória Gohn (1994, p.51), afirma, “o saber popular politizado, condensado em práticas e políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através de conselhos etc., com caráter deliberativo”.

A partir de 2008, o desafio apresentado aos coletivos estaduais foi de vivenciar os princípios e diretrizes do PPP. “O saber popular estaria invadindo o campo de construção da teia de dominação das redes de relações sociais e da vida social”. (GOHN, 1994, p.)

Na obra “*RECID 10 anos, Sementes e Frutos da Educação Popular – Cartas Memória*”, de 2013, Selvino Heck, então diretor de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria Nacional de Articulação Social-SNAS, da Secretaria Geral da Presidência da República, afirma:

O sentido das ações da Rede de Educação Cidadã foram, a garantia do pão, o anúncio da palavra e a construção do projeto popular para o Brasil. Para isso, uma estratégia está em trabalho na formação de educadores multiplicadores e de lideranças de base com a intenção de desenvolver uma prática educativa e produção de conhecimentos que sejam instrumentos com poder de influenciar, decidir, questionar e mais que isso, propor a transformação das estruturas que geram a desigualdade, a exclusão, a fome.

Um debate que aparece a partir dos acúmulos do trabalho em rede, é a proposta de pensar a educação popular na perspectiva de política pública. Esse debate a RECID incorpora a partir de inquietações como: quando se fala de educação popular como política pública qual o sentido e perspectiva? Como garantir os princípios epistemológicos e metodológicos que garantam os princípios da educação popular? A proposta também passa pela educação popular na escola formal? Seria um programa de governo com recursos específicos para processos de educação não formais, coordenado, com autonomia, pelos movimentos sociais? Como a instituição burguesa (Estado) desencadearia uma política educacional que contrariasse os interesses de sua classe? Não seria uma contradição? As questões não têm respostas prontas.

Para contribuir com o debate posto na roda, em 2008 a equipe do Talher Nacional(governo) e Comissão Nacional¹² (sociedade civil), em parceria com o educador popular Pedro Pontual, membro do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL), elaboram o texto: “Educação Popular como Política Pública” para fomentar a reflexão acerca da proposta nos estados e municípios.

O contexto em torno da discussão acerca de pensar a educação popular como política pública foi enriquecedor, um processo com boas articulações e diálogos para dentro e fora do governo. Dos acúmulo várias estratégias foram pensadas como: realização de seminários para estudar acerca da formação do Estado brasileiro, educação popular, criminalização dos movimentos sociais e outros; mobilizar educadoras e educadores para levarem a proposta da educação popular para conferências estaduais e nacional de educação, de segurança alimentar, direitos humanos e outras.

A discussão em torno de pensar a educação popular como política pública desencadeou na elaboração do documento: “Marco de Referência de Educação Popular para Políticas Públicas” elaborado em 2014. Um legado do trabalho do governo popular em parceria com a sociedade civil organizada. Uma construção coletiva tendo por base as experiências de Ministérios e Secretarias com políticas que dialogavam com a proposta da RECID: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Cultura (MINC); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS) da Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH). Das experiências da sociedade civil organizada, participaram do processo, escolas de educação popular como: Florestan Fernandes do MST; CUT, CONTAG, professores representantes de Universidades: Estadual do Amazonas (UEA); Federal Rural do Semiárido (UFRSA); Federal de Pernambuco (UFPE); Federal do Mato Grosso (UFMT); Federal do Acre (UFAC); Instituto Paulo Freire (IPF); Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP); Associação brasileira de organizações não governamentais (ABONG).

Gilberto Carvalho, então Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, na introdução do documento “Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas”, elaborado em (2014):

¹² Comissão Nacional – constituída por (2) dois representantes da sociedade civil na coordenação nacional da RECID, escolhidos pelo coletivo de educadores(as) nos espaços dos encontros regionais, por um período de (2) dois anos.

Este Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora do Governo Federal. Seu propósito é criar um conjunto de elementos que permita a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias. Para sua concretização, coloca-se um desafio para todos os setores governamentais e da sociedade civil: torná-lo conhecido e assimilado entre todos os sujeitos e agentes que promovem ações educativas em diferentes frentes e campos de atuação e em todas as políticas públicas.

(Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas, 2014, p.6)

Posto o desafio de apresentar o Marco de Referência aos segmentos da sociedade civil, de colocar em prática as estratégias para se vivenciar sua proposta, principalmente ao que tange ao poder público, universidades, pelas educadoras e educadores, pelos grupos de base, o sonho é interrompido com o golpe no governo da Presidenta Dilma.

3.2 A Rede de Educação Cidadã no Amazonas – uma rede de colorida esperança



Imagem 3. Simbologia de uma rede

Fonte: autora 2009

É no balanço das canoas e barcos que sobem e descem os rios, da mística que envolve as terras do estado do Amazonas, território de grande riqueza cultural, se apresenta a experiência da Rede de Educação Cidadã do Amazonas (RECID AM). Uma história tecida e contada por vários sujeitos históricos.

E foi cantarolando e dançando cirandas, valorizando as cantorias populares e toadas como a saga de um canoeiro de Ronaldo Barbosa (1994) que a caminhada foi construída.

“Vai um canoeiro, nos braços do rio, velho canoeiro, vai, já vai canoeiro, vai um canoeiro, no murmúrio do rio, no silêncio da mata vai, já vai canoeiro, já vai”

canoeiro, nas curvas que o remo dá, já vai canoeiro, já vai canoeiro no remanso da travessia, já vai canoeiro...”.

Imagem 4. Canoeiros nos rios do Amazonas
Fonte: autora 2010



O Amazonas faz parte da Amazônia Legal brasileira, faz limites com os estados do Pará, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso, constituído de (62) sessenta e dois municípios. No estado está o maior rio do mundo em volume de água e pode ser considerado em extensão, tem uma floresta que representa o equilíbrio para o planeta Terra.

Um estado com características peculiares, uma população estimada em 4.269.995 milhões de habitantes, sendo 79% população urbana e 21% rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 2021. A capital Manaus, localizada no meio da selva amazônica, banhada pela beleza das águas escuras do rio Negro, conta com 2,5 milhões de habitantes segundo dados do IBGE. Economicamente depende da Zona Franca, projeto que contribuiu para o crescimento desordenado, gerando bolsões de miséria e grandes contrastes sociais, violação dos direitos humanos, abuso de poder, desmatamento e grilagem com modelo equivocado de desenvolvimento agrário, exploração ilegal de madeiras, rota de tráfico de drogas, um amplo processo de migração de venezuelanos e haitianos, enfim, situações diversas que afetam a capital Manaus e mais os (61) sessenta e um municípios, exigindo do poder público políticas que atendam a população.

Para se compreender o quadro das desigualdades sociais que perduram no Amazonas, apresentamos dados recentes referentes aos beneficiários de uma política de transferência de renda-Bolsa Auxílio/Bolsa Família.

Segundo dados do Cadastro Único até dezembro de 2022¹³, o estado do Amazonas conta com 1.003.232 milhões de famílias cadastradas, um montante de 637.756 mil famílias em situação de extrema pobreza; 106.025 mil em situação de pobreza e 112.760 mil famílias de baixa renda.

Em relação a pessoas em dezembro de 2022, os dados apontam um resultado preocupante, ou seja, um total de 2.495.951 milhões de pessoas cadastradas, um quadro de 1.734.711 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza; 286.727 mil pessoas em situação de pobreza e 287.002 mil pessoas em situação de baixa renda. Um quadro que reflete e aumenta os contrastes sociais no estado do Amazonas, apresenta uma parcela da população com baixo índice educacional na sua maioria, alocados no mercado de trabalho informal.

O quadro citado acima se agravou ainda mais por conta da crise sanitária da Covid 19 que o mundo vivenciou nos anos 2020/2021. O Amazonas foi um dos estados brasileiros com a população mais afetada, deixando sequelas principalmente no campo da educação.

O contexto descreve um Amazonas onde imperam as desigualdades sociais e um contingente de pessoas em situação de extrema pobreza e na pobreza. Uma realidade que exige um esforço coletivo entre os entes federados. Um contexto que requer um conjunto de elementos no sentido de dar acesso às políticas públicas de forma equitativa para amenizar o sofrimento do povo.

Para tanto é preciso ressaltar o valor de um trabalho de educação popular para o enfrentamento dessa realidade. É importante destacar que um trabalho dessa dimensão precisa de um acompanhamento técnico e político. É desse território diverso, tão desigual e único que se apresenta o estudo em torno da experiência RECID no Amazonas no período de 2003 a 2010.

3.3 O processo de formação político-pedagógico

No Amazonas, o processo de organização da Rede de Educação Cidadã, ocorreu a partir da formação do fórum estadual de mobilização social do Fome Zero, um espaço constituído por diferentes atores sociais¹⁴ que, coletivamente, somaram esforços em prol da

¹³ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=13&aM=O> acesso em 07 de fevereiro de 2023.

¹⁴ Arquidiocese de Manaus, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Coordenação das Pastorais Sociais da Arquidiocese de Manaus, Visão Mundial, Partido dos Trabalhadores, Pastoral da Criança, Fórum de Economia Solidária, Movimento de luta por moradia, Cáritas arquidiocesana de Manaus, Associação

campanha para o combate à fome, a superação das injustiças e garantir o direito humano à alimentação. Esse processo de organização em fórum aconteceu após a realização do 1º Encontro do Talher Nacional ocorrido na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de 20 a 24 de outubro de 2003 (Pé dentro, pé fora na ciranda do poder popular. –São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011, p.20).

Entre 2003-2004, período para um amplo processo de mobilização, diálogo e articulação em torno do projeto Talher-Rede de Educação Cidadã, momento para apresentar a RECID aos segmentos organizados da sociedade civil, um trabalho totalmente realizado no voluntariado.

No 2º semestre de 2004, educadoras(es) foram contratadas(os) por meio de um convênio entre o Instituto Paulo Freire-IPF/Talher/MDS no. 001/2004-2005. Por meio do convênio e parceria significativa de voluntários, o trabalho avançou na nucleação de famílias¹⁵ na cidade de Manaus, principalmente na zona Leste da cidade, a zona com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Assim chegou a envolver 3.800 pessoas e dezessete(17) entidades, segundo relatório do convênio IPF/Talher/MDS no. 001/2004-20045.

Em 2007 o trabalho de educação popular na perspectiva freireana¹⁶ teve sua capilaridade ampliada para além dos municípios do entorno de Manaus. Dessa forma, dos (62) sessenta e dois municípios¹⁷ que formam o Estado do Amazonas, o trabalho alcançou (26) vinte e seis. Para chegar a esse total de municípios, a escolha estabeleceu critérios como: locomoção, histórico de luta, articulação para parcerias/apoio, vulnerabilidade social e outros. (Relatório de atividades, RECID AM, 2007).

Realizar um projeto da dimensão e intencionalidade como da RECID no Amazonas, precisa por considerar as especificidades e cultura regional, a descida e subida dos rios. Logo, necessita de uma logística que deve ser considerada como um desafio quando se fala de acesso às políticas públicas.

de Educação Católica do Amazonas, Fórum de mulheres de Manaus, grupo de Mulheres da zona Leste de Manaus, juventudes, parlamentares, Universidade Federal do Amazonas, sindicato dos trabalhadores rurais de Manaquiri, Associação do município de Novo Airão, Central Única dos Trabalhadores, Centro de Estudos Bíblicos.

¹⁵ Processo de organização de famílias beneficiárias do Programa Fome Zero, em que a educadora, o educador por meio de encontros oficinas/roda de conversa, realizava momentos de estudos para que, enquanto sujeitos beneficiários de uma política como o Fome Zero, compreendessem a situação na qual se encontravam.

¹⁶ Concepção de educação que considere partir da realidade das pessoas, construção coletiva, escuta da história de vida, troca de saberes e conhecimentos, reflexão crítica, sujeitos protagonistas dos processos de formação.

¹⁷ Manaus, Iranduba, Manaquiri, Novo Airão, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Itapiranga, Rio Preto da Eva, Silves, Careiro da Várzea e Careiro, Nova Olinda do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Parintins, Nhamundá, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Maués, Autazes, Tefé, Urucará, Amaturá, São Paulo de Olivença, Tonantins, Tabatinga. (Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda da Educação Popular, 2011, p. 180).

Do ponto de vista da política de formação, o trabalho de base realizado por meio das oficinas, uma média de 30/40 ao mês, objetivavam recuperar a dignidade das pessoas e contribuir para o processo organizativo do povo.

O estudo apresenta dois relatos de experiências significativas vivenciadas no Amazonas, fruto do trabalho de formação que enfatiza um processo de superação, inclusão social, sentimento de cidadania e pertencimento a um grupo.

Dentro do processo de formação político-pedagógico para o processo de organização dos sujeitos, o trabalho de base realizado por meio das oficinas junto ao público beneficiário do programa Bolsa Família, apresenta a primeira experiência que está associada à formação realizada com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na zona Leste de Manaus. Já a segunda experiência está associada ao grupo de catadores de materiais recicláveis da cidade de Parintins. Duas experiências que retratam o resgate da cidadania e a perspectiva de geração de renda:

a) A experiência com grupo de mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família, uma história de superação e inclusão

O importante nesse relato é saber que as mulheres que participaram das oficinas de base, passaram a compreender o porquê de participarem de uma política de transferência de renda enquanto direito. Aos poucos começaram a perceber que podiam mudar a realidade em que se encontravam. Por meio de oficinas práticas ganharam habilidades e se descobriram manicures, artesãs, confeitadeiras, costureiras.

Imagem 5 – Oficina de base com mulheres da zona Leste de Manaus
Fonte: autora 2009



Na história de superação, uma demonstração da conquista foi a força do trabalho coletivo demonstrado quando as mulheres mobilizaram toda a comunidade para realização de um desfile de moda a partir dos produtos produzidos por elas. Assim, em 2006, numa das ruas do bairro São José - zona Leste de Manaus - aconteceu o desfile de moda envolvendo vários

parceiros e o mais importante, a comunidade. Dentre os parceiros é importante citar a Associação dos Grupos Alternativos de Geração de Renda do Amazonas (ASSGAGER), a Associação de Moradores e a Igreja Católica. Para a atividade, cada parceiro tinha responsabilidades, como por exemplo: coube à associação de moradores fazer a limpeza da rua, deixá-la bonita para o momento do desfile, isso envolveu o poder público para recolher o lixo, a companhia de energia para verificar a questão da luz, a ASSGAGER cedeu as roupas; à igreja católica coube providenciar cadeiras; os grupos de artesãs produziram os acessórios (bolsas, brincos, colares, pulseiras, feitos de materiais recicláveis). Para participar do desfile, somente jovens, mulheres e crianças da própria comunidade.

O relato da experiência mostra o sentimento de valorização das pessoas, a capacidade e força de um trabalho no coletivo, assim como a contribuição concreta de um processo de educação popular para superação de uma situação de exclusão social:

A efetividade desse ensino decorre provavelmente da estreita conexão entre seus fundamentos teóricos e sua aplicação prática. Diz Paulo Freire: “Ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos”. Isso se aplica inteiramente a Economia Solidária, enquanto ato pedagógico. Docentes e discentes são igualmente inexperientes. Os primeiros possuem conhecimentos teóricos, os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um autoaprendizado mútuo. (Caderno 1 ciclo de seminários, 2008, p. 60).

b) A experiência com catadores de materiais recicláveis de Parintins

A segunda experiência deu-se na perspectiva também da inclusão, do sentir-se sujeito do processo. O fato ocorreu na cidade de Parintins durante a realização do encontro intermunicipal de Parintins que contou com a participação de representantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis. Uma associação que nasceu a partir da percepção dos catadores acerca do acúmulo de lixo produzido durante o período do Festival Folclórico de Parintins. Um fato relevante dessa experiência que enriquece a educação popular está associado ao sentimento de cidadania, do sentir-se acolhido e do respeito. “Pela primeira vez na vida, entramos num restaurante, somos servidos por um garçom, nos sentimos gente”, fala de um catador no almoço durante o encontro intermunicipal em 2006. (Relatório do encontro intermunicipal de Parintins, RECID AM, 2006).

Quando a prática é tomada como curiosidade, então essa prática vai despertar horizontes de possibilidades. As pessoas então fazem de seus discursos um panorama do que

é possível fazer. Não se limitam apenas àquilo que deve ser feito. As pessoas descobrem com a prática as suas possibilidades. (FREIRE et al., 2005, pp.40-41).

Dado o exposto, pode-se dizer que os momentos das oficinas¹⁸ resultaram em experiências de poder popular, contribuindo para as pessoas se assumirem sujeitos de direitos. Nesse sentido, o fazer pedagógico permitiu trazer para o debate questões acerca da história e realidade das pessoas, e estas se enxergarem como produtoras de conhecimento. Uma oportunidade para se problematizar o cotidiano, refletir acerca da correlação de forças entre a educação popular e sua intencionalidade, desmascarando as causas para buscar alternativas no sentido de mudar a realidade por meio de políticas públicas, enquanto direito.

Como diz Freire em *Pedagogia da Esperança* (1992):

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo. (FREIRE, 1992, p. 86).

Para a RECID, considerar à luz da realidade dos sujeitos, do conhecimento, saberes que cada uma, cada um trazia, sempre foi um compromisso.

Em “Sem Cercas e Muros: a Educação Popular no meio do povo” (2012) encontra-se uma análise acerca do processo pedagógico das oficinas realizadas. No Amazonas, estas ocorriam nos mais diferentes espaços, tais quais, à margem de rios, embaixo de árvore, na casa da educadora e do educador, em salão paroquial de igrejas, terreiros, enfim, espaços sem cercas e muros. Os eixos trabalhados eram os mais diversos: conceito metodológico da educação popular freireana, segurança alimentar, nutricional e sustentável na Amazônia.

Para a RECID Amazonas, os momentos de formação se configuraram em pautas da luta social no Amazonas, interligados às problemáticas e aos contextos regionais, nacionais e latino-americanas. (Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda do Poder Popular, 2011, p. 182).

Na linha de formação, destaca-se a metodologia das cirandas¹⁹, estratégia para qualificar a formação, a comunicação, organicidade e prática de educação popular tendo em vista as diferentes realidades do país. Nesse sentido, as cirandas se davam em ciclos com

¹⁸ Oficinas para beneficiários do Programa Bolsa Família ocorridas principalmente no período de 2004 a 2006. Espaços em que se buscava valorizar a acolhida das educandas e educandos, a mística como impulsionadora da militância, cuidado com a vida, respeito à diversidade, tudo permeado por música e poesia para grupos variados como de mulheres, catadoras(es) de materiais recicláveis, juventudes, parteiras, pescadoras(es) artesanais, agricultoras(es) rurais, assentadas(os), povos indígenas, grupos de economia solidária. Definição apresentada na obra: *Pé Dentro, Pé Fora, na Ciranda do Poder Popular*, elaborada pela coordenação nacional da RECID. – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011).

¹⁹ Cirandas, ocorriam em ciclos com temas determinados para um grupo permanente de educadoras (es), como por exemplo, educadoras(es) populares contratadas(os), voluntários, juventudes, mulheres (caderno da 2ª. etapa do ciclo de cirandas da educação popular – agosto de 2013).

temas determinados para um grupo específico e permanente de educadoras e educadores, por exemplo, juventudes, mulheres. (Caderno da 2ª. etapa do 2º. Ciclo de Cirandas da Educação Popular – agosto de 2013)

Para as educadoras e educadores do coletivo Amazonas, a partir da metodologia das cirandas, “a educação popular é uma troca de experiências e confiança na outra pessoa, em busca constante pela libertação das algemas do comodismo e da alienação imposta pelo sistema repressor que dita a forma para ver a realidade”. (Carta Pedagógica RECID AM, outubro, 2012).

Imagem 06 – Curso de Educação Popular para educadores populares
Fonte: autora 2009.



As cirandas, espaços de estudo, debates, reflexões e trocas de experiências tinham a intenção de aprofundar temáticas como a concepção de educação popular, projeto popular para o Brasil, formação do Estado brasileiro, história e contribuição dos pensadores como Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior, Nísia Floresta, entre outros. Fazia-se necessário compreender o processo de formação do Estado brasileiro e as causas das desigualdades sociais.

A contar da construção do PPP, os anos seguintes foram de incentivo a avaliar a prática político-pedagógica – uma forma de sistematizar o fazer pedagógico para qualificá-lo cada vez mais. Nesse sentido, educadoras e educadores foram motivados, incentivados a construir cartas pedagógicas fundamentadas, embasadas a partir do estudo de teóricos e relatórios os quais traziam a capilaridade, a dinâmica, vivências, avanços e desafios do trabalho.

Imagem 07 – Encontro Intermunicipal com educadoras(es) da região do baixo Amazonas – cidade de Parintins
 Fonte: autora 2007



A elaboração das cartas pedagógicas tinha como objetivo construir a cultura da reflexão pedagógica acerca dos aprendizados produzidos nas oficinas de formação e, ao mesmo tempo, fazer o diálogo com as educadoras(es) para ressignificar o espaço de formação (CAMINI et al, 2012, p. 12).

O processo de elaboração de cartas pedagógicas vivenciado na RECID, motivadas por Paulo Freire, foi coordenado por Isabela Camini²⁰. Para as instâncias da RECID foi um exercício desafiador ao mesmo tempo enriquecedor. O livro “Sem cercas e muros: a educação popular no meio do povo” destaca o pensamento de Freire (CAMINI et al, 2012):

Não escrevo somente porque me dá prazer escrever, mas também porque me sinto politicamente comprometido, porque gostaria de convencer outras pessoas, sem a elas mentir, de que o sonho ou os sonhos de que falo, sobre que escrevo e porque luto valem a pena ser tentados. (CAMINI et al, 2012, p. 11)

Escrever coletivamente foi um trabalho que possibilitou a reflexão de que as educadoras e educadores não eram meros tarefeiros ao realizar o processo das oficinas, mas sim, semeadores de sonhos e esperanças, com ações ancoradas no diálogo, na construção coletiva.

Oscar Jara, educador popular peruano, foi um dos que contribuiu com os momentos formativos para o coletivo RECID. Suas leituras embasaram o processo de sistematização.

²⁰ Isabela Camini, doutora em educação, coordenadora pedagógica da RECID/CAMP.

Nessa perspectiva, Oscar Jara nos desafia a compreensão e valorização da sistematização para se revisitar a prática pedagógica como um enriquecedor aprendizado para se avançar na proposta político-pedagógica da educação popular. Nesse processo, uma de suas matrizes pedagógicas perpassa por considerar o diálogo entre os sujeitos. Um referencial que a RECID não perdeu de vista, pois a sistematização considerou os diferentes coloridos que constituíam os grupos de base.

Na sistematização *Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda do Poder Popular* (2011, p. 178),

A Rede de Educação Cidadã do Amazonas, vem trilhando diferentes caminhos na perspectiva de contribuir com o empoderamento das camadas populares. Nesse sentido, busca-se apropriar dos princípios metodológicos freireanos na tentativa de desenvolver um trabalho coerente com a ética em que toda labuta exige para a sistematização. Também é um importante processo para desenvolver uma educação popular transformadora, mas um desafio para as(os) educadoras(es) populares.

Oscar Jara²¹ afirma que “o conceito de sistematização de experiências foi criado historicamente na América Latina como produto do esforço por construir referenciais próprios de interpretação teórica a partir das condições particulares de nossa realidade” (JARA, 2012, p.35).

O processo de sistematização foi a oportunidade para se perceber que a educação popular precisa ser revisitada, considerando os novos sujeitos, novas realidades e desafios. A educação popular como um movimento em processo que busca uma sociedade melhor, mais humana e solidária, que valoriza o encontro com a outra, com o outro, se faz tão necessária no atual contexto em que o conjunto da sociedade se encontra.

3.4 O processo de organicidade

Pensar na organicidade da RECID é garantir a vivência do Projeto Político Pedagógico nos coletivos constituídos no território brasileiro para construção de outro projeto de nação: o projeto popular para o Brasil, citado anteriormente com destaque, a vivência do princípio 11, que busca relações horizontais e colegiadas, a partir da riqueza da diversidade dos grupos sociais. Não se pode pensar a organicidade em rede sem relacioná-la ao conjunto de princípios que dizem respeito às opções políticas e pedagógicas.

²¹ Jara atribui à sistematização a missão de recuperar e refletir sobre as experiências como fonte do conhecimento do meio social para transformação da realidade, objetivo inerente à natureza do trabalho social tal como era definido nesse período, buscando extrair conhecimentos de situações particulares com o fim de generalizá-las para fundamentar a intervenção profissional. A sistematização é vista como fator que permitiria superar a separação entre prática e teoria. (JARA, 2012, p. 38).

A partir de 2005, com um coletivo constituído de educadoras(es) e educandas(os), a RECID intensifica o processo de organização popular e formação política principalmente na cidade de Manaus, por meio da nucleação de famílias beneficiárias do Programa Fome Zero, através da realização de oficinas na concepção da educação popular - partindo da escuta.

Para acompanhar o processo organizativo e o trabalho desenvolvido nos estados, algumas estratégias foram consideradas conforme se descreve abaixo e se aprofunda na sequência do estudo:

a) A RECID no Amazonas contava com o acompanhamento de uma pessoa do Talher Nacional (representante do governo) e uma pessoa da Comissão Nacional (representante da sociedade civil), que conjuntamente coordenavam os trabalhos. A representante da RECID Nacional-Talher Nacional mensalmente estava no estado para o encontro mensal do coletivo estadual, momento de conversa com a equipe de educadoras(es) contratadas(os); colaborava na gestão dos recursos; fazia visitas técnicas aos grupos de base; contribuía com formação específica quando solicitada e convidada para uma pauta específica. Essa pessoa era responsável para dar o feedback estado-coordenação nacional do projeto.

b) No Amazonas, havia a equipe de educadoras(es) contratadas(os), cerca de 7 (sete) educadoras(es), com o papel de garantir os processos políticos, pedagógicos, de comunicação e de gestão, definidos no planejamento para que as ações/metabolismos do convênio se efetivassem e garantissem o fortalecimento do trabalho de base e da educação popular na construção do poder popular e do projeto popular para o Brasil. Para isso, era preciso assegurar a coerência entre o discurso e a prática à luz do PPP; manter o diálogo permanente com os coletivos municipais, núcleos de base e coletivo estadual; realizar reuniões e estudos permanentes com os coletivos; planejar e realizar as ações; assumir o compromisso de que o trabalho de fato alcançasse os grupos mais vulneráveis social e economicamente. No coletivo estadual dava-se a escolha de participantes para atividades regionais ou nacionais e o processo de contratação de educadora(or). É importante destacar que ao se fazer a seleção de educadoras(es) buscou-se pautou garantir uma ou duas vagas para um município estratégico. A cidade de Parintins desde o início do projeto contou com uma(o) educadora(or) contratada(o) para desenvolver os trabalhos de educação popular na região do baixo Amazonas;

c) As pessoas que estavam na base, nos grupos organizados - beneficiários do programa Bolsa família -, por exemplo, tinham seus representantes indicados por eles para participarem das reuniões mensais do coletivo RECID;

d) Quanto ao processo de organização das(os) educadoras(es) contratada(os) para as ações cotidianas, estas se organizavam em equipes como: gestão, formação, comunicação, articulação política e educadores. Ao mesmo tempo, todas e todos eram preparadas(os) para realizar o trabalho de base-oficinas;

e) No processo de formação, as instâncias davam-se em: um encontro municipal mensal, encontros intermunicipais, cerca de sete encontros por etapa de convênio, dois encontros estaduais, encontro regional e quatro encontros nacionais, atividades que dependiam do planejamento que variava a cada etapa de convênio;

f) Quanto à comunicação, era entendida como um processo coletivo de construção do conhecimento, a essência do diálogo, das relações humanizadas e da democratização dos espaços;

g) Em relação à articulação política, esta permeava todos os demais processos organizativos da RECID, compreendida de fundamental importância para o trabalho de educação popular e para a ocupação dos espaços de participação social.

Destarte, as tomadas de decisões de forma horizontal e a busca pelo consenso eram exercícios que se praticava, ou se buscava cultivar nos espaços deliberativos da vivência de um trabalho em rede. “O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos se tornam sujeitos do processo em que crescem junto e em que os argumentos de autoridade já não valem” (FREIRE, 1987, p. 39).

3.5 O processo da gestão compartilhada

Para a RECID, a gestão compartilhada era a forma de planejamento, utilização e prestação de contas dos recursos. Por ser uma “forma”, a gestão compartilhada relaciona-se muito intimamente com a Rede, com a gestão político-institucional e com a compreensão da totalidade dos processos em rede. A Gestão Compartilhada não é um fim em si; ela é um

instrumento a serviço dos objetivos da RECID, é um meio, por isso deve ser coerente com os princípios e diretrizes do Projeto Político Pedagógico.

Até 2004, a RECID atuava basicamente no voluntariado. Mesmo assim, avançou no processo de mobilização e articulação em torno do Programa Fome Zero em Manaus e municípios do seu entorno, assim como deu os primeiros passos na nucleação de famílias em Manaus, mesmo com poucos recursos disponíveis para as ações.

A partir de 2005, quando foi celebrado convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Instituto Paulo Freire (IPF) e o Talher, recursos oriundos do Orçamento Geral da União, conforme o PPA 2004/2007, foram destinados a viabilizar as ações do projeto RECID: Educação Cidadã - consolidação das redes estaduais e nacional de promoção da mobilização e participação social no âmbito da política nacional de segurança alimentar e nutricional - Talher. O convênio garantiu a contratação de educadoras(es) populares para avançar na capilaridade das ações e no processo de estruturação da RECID. (Vamos lá fazer o que será: mobilização social e educação cidadã, 2^a. edição/Rede de Educação Cidadã. Brasília-DF: Talher Nacional, 2006, p. 92).

Nessa perspectiva, a segunda etapa do convênio denominada de “Educação Cidadã: organização e participação das famílias vulneráveis à fome em processos de formação para a cidadania plena”, contribuiu para a organização dos trabalhos que vão para além do processo de mobilização, avança-se na intencionalidade do projeto no trabalho de nucleação de famílias e educadores populares por meio da realização de oficinas.

Consolidar a gestão em rede significa um grande trabalho de articulação junto aos movimentos sociais e populares, bem como democratizar o acesso e controle social das políticas estruturantes de superação da miséria e fome, além de focar na formação de educadoras e educadores enquanto agentes multiplicadores. Em suma, a capilaridade da RECID chegou a vinte e seis (26) dos sessenta e dois (62) municípios, como já citado anteriormente.

Em nível de estado, a gestão compartilhada dava-se por meio de uma instituição que assinava o convênio com a entidade nacional. No Amazonas, a primeira entidade âncora foi a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, cabia a essa instituição fazer a prestação dos investimentos destinados a RECID/AM junto ao IPF, a partir dos relatórios organizados pela equipe de educadoras(es) contratados. Na continuidade dos convênios seguintes, a entidade nacional foi o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), do Rio Grande do Sul. No

Amazonas, a entidade âncora foi a Cooperativa de Assessoria e Serviços Técnicos Educacionais e Projetos Sociais na Amazônia (COASTEP).

Fazer a gestão compartilhada associada a um processo pedagógico num trabalho em rede exige a corresponsabilidade quanto à execução das ações, logo, da gestão dos recursos públicos. E gestar recursos públicos numa proposta compartilhada, no coletivo RECID, foi algo novo, mas necessário no trabalho de educação popular, que exige mudanças de valores, crenças, atitudes, estruturas e normas.

3.6 O Processo de articulação política

A articulação política, entendida como necessária para a sustentabilidade dos processos político-pedagógicos desencadeados no campo da formação, organicidade e gestão no período de 2006 a 2010, foi prioridade para a RECID AM. Isso para mobilizar centenas de pessoas dos diferentes segmentos da sociedade civil organizada.

Para fortalecer o campo da articulação política, a RECID AM procurou se fazer presente em lugares mais diversos como: quilombos, comunidades indígenas, colônias de pescadores, comunidades ribeirinhas, assentamentos, organizações de parteiras, associações extrativistas, organizações de catadores de materiais recicláveis, grupos de economia solidária, movimento da população em situação de morador de rua, beneficiários de políticas de transferência de renda - segmentos sociais que por longos períodos ficaram à margem dos processos políticos. Com esses sujeitos o projeto buscou fortalecer espaços coletivos como cooperativas, associações, fóruns, conselhos, conferências para que estes levassem a sua voz.

3.6.1 Resultados da articulação política vivenciados pela RECID AM

O processo de articulação foi para além do território brasileiro, quando várias(os) educadoras(es) e educandas(os) chegaram a sair do Brasil para participar do VI Fórum Social Panamazônico em Cobija / Bolívia no ano de 2012, espaço relevante para a luta, organização social e popular de toda a Amazônia. Uma oportunidade enriquecedora para educadoras e educadores representantes da RECID Norte levarem experiências de educação popular. Esse processo desencadeou na representatividade da RECID na comissão executiva do FOSPA. Nesse espaço prima-se a cada realização do Fórum pautar a metodologia da educação popular como facilitadora do diálogo.

Outra experiência no campo da articulação política foi a parceria da RECID AM com a Secretaria Estadual da Aquicultura e Pesca (SEAP) e o projeto Pró-Várzea²² do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) para a realização de oficinas na perspectiva da educação popular especificamente para o segmento de pescadores e pescadoras com o intuito de fortalecer o movimento da pesca artesanal do estado.

Em Parintins, o coletivo RECID/AM fez parceria com o Banco do Brasil-BB por meio do programa: Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável-DRS, ação que desencadeou no fortalecimento da cooperativa de fabricação de painéis em barro em Parintins.

Com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, a RECID realizou um trabalho de organização de grupos de mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família por meio de oficinas de designer para agregar valor à produção de artesanato.

Ao que tange ao processo de articulação política e aprimoramento da participação social, a RECID procurou garantir a participação de educadoras e educadores nos espaços de conferências temáticas que estavam presentes nas ações pedagógicas como: cultura, economia solidária, segurança alimentar e nutricional, saúde, direitos humanos e educação. Uma experiência que as(os) educadoras(es) vivenciaram em todas as instâncias municipal, territorial, estadual e quando possível nacional, sempre pautando a educação popular.

Na Conferência de Direitos Humanos em 2007, por meio de um intenso processo de articulação, foi possível garantir a presença da Educação Popular no capítulo VI do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Na I conferência Nacional de Educação em 2010, com o tema “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”, a RECID/AM teve papel importante na articulação para aprovação da proposta de educação popular na conferência estadual. A proposta de inserção da Educação Popular no Plano Nacional foi aprovada em cinco Estados, o que garantiu que estivesse no documento base da Conferência Nacional. Assim, no eixo I, que trata do papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, à página 29, pode-se ler:

Considerando os processos de mobilização social nas últimas décadas que visavam à construção da educação popular cidadã, formação da cidadania e dos direitos humanos, o PNE deve articular a educação formal com experiências de educação não formal, ou seja, as experiências de educação popular e cidadã, incorporando-as como políticas públicas.

²²Pró-Várzea - projeto executado pelo IBAMA através de programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil.

Para se conseguir a conquista de aprovar uma proposta de educação popular, foi necessário organização, estudo, construção de processos internos e externos, diálogo agregando aprendizados e experiências. Enfim, fruto de um amplo processo de articulação em nível local que se somou a outros espaços do campo da educação popular. “As experiências acumuladas no campo da articulação política teve um caráter educativo” (GOHN, 1994).

Para a RECID/AM os espaços coletivos foram fundantes para pautar a concepção e princípios da educação popular (relatório, outubro-2012). Assim, fortalecer políticas de segurança alimentar, educação, economia solidária, direitos humanos, cultura, saúde, está associado à preservação da biodiversidade amazônica em torno de um projeto de sociedade que valoriza e defende as diferentes vidas que habitam um estado diverso como o Amazonas.

Por conseguinte, para a RECID/AM estar presente no interior dos conselhos enquanto espaço de participação e controle social perpassa por considerar a correlação de forças presente nesses territórios que têm na sua missão fiscalizar e propor políticas públicas.

No processo de articulação, para dar continuidade ao trabalho de educação popular para a participação social junto ao e com o povo, o Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL), no Informe apresentado durante o Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre em janeiro de 2023, destaca:

O Brasil precisa retomar o tema da participação social vinculando-o à Educação Popular freiriana, por compreender que não basta retomar o que já foi feito anteriormente nos governos de Lula e Dilma. É preciso, então, à luz dos atuais desafios, desencadear um amplo processo de formação política vinculado a uma estratégia de trabalho de base, em que a centralidade do fazer-pensar, da ação-reflexão, tenha a educação popular tanto na sua concepção como em suas práticas educativas.

3.6.2 Aprendizagens e avanços de um trabalho em rede

No campo dos aprendizados, traduzi-los na perspectiva de um trabalho como a experiência da RECID, significa considerá-la como uma rede de oportunidades e possibilidades que reuniu centenas de pessoas no período de 2003 a 2010, num grande processo de formação política.

Diante disso, as educadoras e os educadores do coletivo RECI/ AM ressaltam nos escritos consultados (cartas pedagógicas e relatórios) no ano de 2010,

Para os movimentos sociais que fizeram parte do coletivo no estado do Amazonas, a RECID foi um espaço para o despertar da consciência, motivação para as pessoas estudarem a partir da metodologia da educação popular, o que contribuiu para a

organização de grupos sociais, principalmente de mulheres beneficiárias de uma política de transferência de renda como o Bolsa família e organização de grupos como de catadores de materiais recicláveis no município de Parintins. Grupos que descobriram a força de se estar no coletivo.

O trabalho de base foi retomado para o empoderamento das pessoas no processo de se descobrirem sujeitos de direitos. Vários aprendizados podem ser apontados como fruto da RECID, a saber: a gestão compartilhada, a vivência do diálogo, uma das categorias da educação popular e de fundamental importância para a participação nos espaços dos conselhos, tanto para reivindicar como para propor políticas públicas que de fato atenda à vida da população, “quebrando” posturas verticalizadas. Os processos de sistematizações com a elaboração das cartas pedagógicas, afirmando que todas e todos são capazes de escrever a sua história, a valorização de análise de conjuntura em cada momento formativo. A possibilidade para que educadoras(es) e beneficiárias do Programa Bolsa Família conhecessem o Brasil a partir das leituras de estudiosos brasileiros foram aprendizados que motivaram as pessoas a buscarem outros horizontes na vida pessoal.

Nesse seguimento, alguns espaços coletivos corroboraram para se partilhar saberes, conhecimentos populares, entre os quais: Fóruns Sociais Mundiais (FSM), Fórum Mundial de Educação (FME), Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA), Fórum de Estudos e Leituras de Paulo Freire da região Norte, Fórum de Educação Popular (FREPOP), Feira Internacional de Economia Solidária em Santa Maria. Espaços onde se buscou a superação das desigualdades sociais e uma sociedade em que prevalecesse o bem viver, a transformação social com mobilização e inclusão social.

Os avanços estão atrelados às práticas e teorias pedagógicas e aos processos político-pedagógicos que a RECID logrou nos últimos tempos no Amazonas. A retomada do trabalho de base foi significativa no momento histórico do Brasil. A essência da formação política por meio das oficinas enquanto espaço para,

Homens, mulheres, jovens, idosos, estudarem e trocarem experiências entre si sobre determinado assunto, participarem de uma mobilização social, ou mesmo sentarem-se juntos ao redor de uma mesa para uma refeição conjunta, já não se veem mais soltas no mundo, agindo isoladamente, indiferentes ao que está ao seu redor. (CAMINI et al, 2012, p. 86).

A vivência dos princípios do Projeto Político Pedagógico, como a humanização das relações sociais, o diálogo e respeito em aceitar o diferente, o cuidado com a acolhida, fortes

elementos do trabalho de educação popular, é destacado na obra: “Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo” (CAMINI, et al, 2012),

[...] vivência de uma mística da militância e da mudança um forte elemento de formação humana nas oficinas da REDE pois, praticamente todos os momentos de formação são iniciados com um momento de mística, que faz as pessoas pensarem e se darem conta que suas dificuldades também são as dificuldades dos outros e, por estarem juntas nesta caminhada, a solidariedade é um valor humano fundamental que precisa ser estimulado. (CAMINI et al, 2012, p.86)

A construção coletiva, o sentir-se parte nos encontros de dimensão intermunicipal, estadual, valorizando saberes e culturas das populações tradicionais, ao dar vez a quem ficou na invisibilidade, mesmo tendo voz, pessoas que passam a se perceber, sujeitos de direitos. A RECID representou a inclusão, o resgate da cidadania, fomentou mentes reflexivas e críticas, atuou politizando a população nos diferentes cantos de Manaus e Parintins. “A educação popular assume o desafio do vínculo da educação e dos processos sociais de formação de novos sujeitos sociais, com a construção de identidades e pertencimentos coletivos, em vista de mudanças na sociedade” (CAMINI,et al, 2012, pp. 87,88).

Nos espaços de mecanismo de participação e controle social, a RECID Nacional como também a RECID/AM corroboraram de forma efetiva pautando a educação popular como estratégia para o diálogo e proposição de políticas públicas. Na perspectiva da articulação política e de garantir nesses espaços a educação popular, em 2010, a RECID mobilizou outros atores em torno de garantir a educação popular como uma das propostas na conferência de educação e economia solidária. Como resultado da participação, garantiu-se na Resolução no. 08 do Conselho Nacional de Economia Solidária 2012, dentre suas diretrizes político-metodológicas,

A valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em economia solidária. Isso significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em Economia Solidária, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância, assim como, articular as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos.

Por sua vez no campo da educação, a partir da articulação, diálogo junto aos segmentos da educação popular, se garantiu no texto base da Conferência Nacional de Educação (2014), o qual destaca na página 29,

Considerando os processos de mobilização social nas últimas décadas, que visavam à construção da educação popular cidadã, formação da cidadania e dos direitos humanos, o novo PNE deve articular a educação formal com experiências de educação não formal, ou seja, as experiências de educação popular e cidadã, incorporando-as como políticas públicas. O novo PNE deve prever meios e processos para a articulação das políticas sociais: educação, saúde, assistência social, sustentabilidade socioambiental, economia solidária, trabalho e renda, entre outras, com vistas a assegurar os direitos humanos, sociais, políticos e econômicos de cidadania a todo/as brasileiro/as.

Pensar a educação popular na perspectiva de política pública passa pelo reconhecimento de um trabalho que no período de 2003 a 2010 foi desencadeado com os diferentes segmentos da sociedade para o processo de inclusão e organização de grupos que se encontravam em situação de vulnerabilidades sociais.

O Programa Bolsa família que num só programa integra várias políticas públicas, assistência social, saúde, educação, emprego e renda, destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, representa garantir cidadania, possibilita a inclusão de pessoas, principalmente de mulheres, maior público do programa. Portanto, estar num programa de transferência de renda é um direito, tem condicionalidades, contrapartidas que precisam ser cumpridas. Assim, ofertar formação elaborada a partir dos princípios da educação popular dentro das condicionalidades, é uma possibilidade motivadora para despertar a organização social como também contribuir com alternativas de geração e renda.

3.7 Caracterização histórica dos bairros

Para avançar na análise das experiências concretas desenvolvida pela RECID/AM, iniciaremos por caracterizar as comunidades em que o trabalho em rede foi desenvolvido, permitindo compreender o impacto do Projeto Rede de Educação Cidadã.

3.7.1 Bairro Zumbi dos Palmares

Surgiu em 1986, fruto da luta popular por um pedaço de terra, luta por moradia e com uma militância aguerrida, somada à organização das pastorais sociais e luta sindical, tão marcante em Manaus nos anos 80. Seu primeiro nome foi “Cê que sabe”. O bairro guarda grandes histórias e tem seu nome em homenagem ao líder Zumbi, símbolo da resistência negra. É um dos bairros mais populosos da zona Leste de Manaus segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Em 2010 sua população era de 35.159 habitantes,

em 2017 passou para 41.563 habitantes. O bairro tem alto índice de violência, ausência de infraestrutura e de políticas públicas que atendam a vida da população. Por outro lado, possui um comércio movimentado com redes de lojas e pequenos comerciantes, um Instituto Federal, uma faculdade privada, escolas da rede estadual e municipal, creches, escolas particulares, comércio, feiras, centro de integração do transporte urbano, conjuntos habitacionais, delegacia, Unidade Básica de Saúde (UBS), igrejas de diferentes denominações religiosas e matrizes africana, praça que acolhe atos políticos, um centro comunitário, onde a RECID realizou rodas de conversa e oficina. O espaço comunitário oferece rodas de capoeira como instrumento para aprendizados acerca da história da capoeira e da luta dos negros.

3.7.2 Bairro de São José Operário

Surge no final da década de 1970 e início dos anos 80, segundo bairro a surgir na zona Leste de Manaus, 6º bairro mais populoso da cidade de Manaus, com cerca de 82 mil habitantes, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas-SEDECTI. O bairro atualmente com 42 anos nasce da luta por direito a moradia de pessoas oriundas de outros estados, municípios e população ribeirinha em busca de oportunidades nas empresas da ZFM. Quanto ao direito a terra, o poder público (Prefeitura de Manaus no governo de José Fernandes) organiza os lotes com 8X20 metros destinados às famílias sem moradia a fim de que morassem pelo menos 2 anos em Manaus, pagando 10% do salário mínimo. Por isso é conhecido como o único bairro planejado na cidade de Manaus. Tem nome em homenagem ao santo São José, padroeiro da classe trabalhadora e dos operários do Distrito Industrial. Em vista disso, tem uma bonita igreja homenageando o Santo São José, mas também possui inúmeras igrejas de outras denominações religiosas. Conta com um movimentadíssimo comércio, vários shoppings centers, escolas da rede estadual e municipal, creches, delegacia, hospitais públicos, maternidade, Centro Cultural, uma tradicional feira, parque de diversão, além de ser reduto da tradicional escola de samba “a Grande Família”. Tem ainda uma associação comunitária de moradores e amigos onde são realizadas ações sociais esportivas e culturais para crianças, adolescentes, jovens e idosos de baixa renda.

3.7.3 Bairro Baixa do São José – Parintins

A cidade de Parintins está localizada em frente ao rio Amazonas, à margem direita, na divisa com o Estado do Pará. Parintins foi elevada à categoria de cidade em 30 de outubro de 1880, pela Lei no. 499. A então Vila Bela da Imperatriz passa ao nome de Parintins, em homenagem aos indígenas Parintim que ali viviam na região (SAUNIER, 2003, p. 41).

O município de Parintins conta uma população de 115.363 mil pessoas segundo dados do IBGE de 2020, numa área territorial de 5.956.047 km². Conta com cento e cinquenta e um (151) estabelecimentos de ensino fundamental e treze (13) para o ensino médio. A população do município também é atendida no ensino superior pela Universidade Federal do Amazonas, pela Universidade do Estado, pelo Instituto Federal e mais duas (2) Faculdades privadas. No campo da saúde, Parintins é atendida por dezenove (19) estabelecimentos de saúde (SUS).

No campo cultural, o magnífico folclore de Parintins tem sua origem com os primeiros habitantes da ilha: maués, sapopés, mundurucus, parintins, parintintins, pataruanas, paraueris, paravianas, tupinambás, tupinambaranas e uapixanas” (SAUNIER, 2003, p. 199).

O festival folclórico da cidade, tem seu ponto culminante nas apresentações dos bumbás garantido (vermelho) e caprichoso (azul), que todos os anos no mês de junho nos dias 28, 29, 30 se apresentam no espaço do bumbódromo. Essa festa tem relevância econômica, considerando a capacidade de gerar emprego e renda a centenas de trabalhadoras e trabalhadores dos mais diversos campos, principalmente antes e durante o festival. Agrega também valor social e cultural, pois realiza um bonito trabalho de incentivo à cultura com as crianças e adolescentes.

Para o presente estudo, dentre os diversos bairros da cidade de Parintins, o escolhido foi o bairro da Baixa de São José, situado na parte Oeste do município. Sua história começa em meados dos anos de 1940. Mas foi a partir do início dos anos de 1970, quando José Esteves loteou e vendeu seus terrenos, que o bairro passou a ser chamado de Itaguatinga, depois bairro Senador José Esteves e por último bairro de São José, incorporado na gestão do prefeito Gláucio Gonçalves. O nome é em homenagem à igreja de São José, situada nas proximidades. Faz parte da cultura local os bairros geralmente terem o nome do santo padroeiro do bairro.

O bairro Baixa do São José, situado numa região de terras baixas, fator que contribuiu para o sofrimento da população com as enchentes do rio Amazonas. Conta com escolas da rede estadual e municipal, igrejas, pequenos comércios, feira, bares e restaurantes. O bairro é reduto do boi garantido, fato incondicional para proporcionar uma vida cultural intensa, que perpassa pela música, artes plásticas, literatura, é conhecido como vermelho e branco. No mês

de junho, quando acontece o tradicional festival folclórico de Parintins, o bairro torna-se vermelho e branco, palco de encontro dos fervorosos torcedores e simpatizantes que fazem o ensaio das toadas e das coreografias apresentadas no festival.

4 CAPÍTULO III

4.1 Rede de educação cidadã no Amazonas

Ontem um menino que brincava me falou, que hoje é semente do amanhã, para não ter medo, que este tempo vai passar, não se desespere nunca pare de sonhar. Nunca se entregue, nasça sempre com manhãs, deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar, fé na vida, fé na gente, fé no que virá nós podemos tudo, nós podemos mais, vamos lá fazer o que será (Nunca pare de sonhar, de Gonzaguinha, 1984).

Imagem 08 – Momentos de formação das educadoras e educadores – Manaus

Fonte: autora, 2010



A história da Rede de Educação Cidadã traz na sua essência a educação popular. Uma experiência inédita, híbrida, desafiadora, constituída num Governo de caráter popular no Brasil, em contexto anteriormente mencionado. No seu bojo, a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular com a população mais vulnerável da sociedade brasileira.

A RECID desenvolveu o seu trabalho no Amazonas a começar da vida cotidiana da população, ou seja, por meio do trabalho de base. O diálogo foi de extrema importância para incentivar a participação ativa na promoção dos direitos humanos e superação da miséria, sendo a formação política prioritária no trabalho de educação para a inclusão de pessoas que ficaram na invisibilidade. “Os sujeitos sociais e históricos das classes populares criaram e

criam maneiras de responder aos acontecimentos da realidade social que os oprime”. (VASCONCELOS, 2017, p. 28).

Para Gohn (1994),

A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram. (GOHN, 1994, pp.16-17).

O exercício da cidadania, elemento indispensável para a construção de uma sociedade justa e democrática, necessita que o conhecimento seja ampliado enquanto direito. Nesse sentido, pode-se dizer que a RECID foi a oportunidade e possibilidade para o empoderamento e protagonismo de centenas de educadoras(es) populares e pessoas beneficiárias de uma política de transferência de renda a exemplo, Programa Bolsa Família. Para isso, um amplo processo político-pedagógico foi desencadeado no Brasil na concepção da educação popular freireana, afinal, Paulo Freire é atemporal.

A análise e reflexão acerca dos impactos da RECID/AM na vida das pessoas tem como ponto de partida as entrevistas semiestruturadas realizadas com educadoras(es) e educandas(os) do Programa. Entre as muitas pessoas que participaram do processo da RECID/AM, foi possível contatar um grupo de dezessete pessoas, que foram localizadas e se prontificaram a participar do presente estudo. Em sua maioria mulheres, mas também foram ouvidos jovens - todas e todos militantes sociais e alguns militantes políticos filiados ao PT, ou outro partido de tendência à esquerda. Assim, foi possível perceber que as falas dessas pessoas vêm tomadas de simbolismo, encantamento, alegria, inquietações, pois trazem a percepção enquanto sujeitos que vivenciaram os processos desencadeados nas cidades de Manaus e Parintins.

A metodologia do estudo para a realização das entrevistas e aplicação do questionário deu-se a partir do contato feito com a pessoa por meio telefônico convidando-a para participar da pesquisa, seguido de organização de agendamento para a entrevista, que às vezes dependia do tempo dos entrevistados.

As entrevistas realizadas foram precedidas pela apresentação das razões que levaram a escolha da pessoa, assim como, dos objetivos do estudo, o questionário e o Termo de Consentimento livre esclarecidos e assinados. Dessa forma, o estudo tem como público participante, educadoras e educadores contratados e voluntários, dentre estes, uma representante da instância da Comissão Nacional e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

4.2 A RECID Amazonas sob a ótica das educadoras e educadores participantes do estudo

Para realizar a análise das entrevistas, foram selecionadas para o presente estudo as respostas que retratam a identificação que cada entrevistada(o) teve com o trabalho desencadeado no Amazonas. Há um diálogo que traz, em si, o reconhecimento por terem participado dessa história. As falas trazem o valor dado ao trabalho de educação popular no sentido de perceberem que, por meio de um trabalho pautado pelos princípios da educação popular, é possível recuperar a dignidade das pessoas.

Em Pedagogia da Esperança, Paulo Freire diz: “o educador ou educadora crítica, exigente, coerente, no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade” (FREIRE, 1992, p. 110).

Exemplo disso é o educador José Ramos, militante da educação do campo, do coletivo de Parintins, que na sua entrevista enfatiza: “com a RECID se aprendeu fazendo, fomos motivados e qualificados para vivenciar processos de sistematização, balizados pelos princípios da educação popular, aprendizados que sigo desenvolvendo no ambiente de trabalho”.

Na experiência RECID a motivação sempre foi um exercício. Ao que tange a relevância do trabalho na vida das pessoas, a educadora Luzarina Varela, do fórum de mulheres de Manaus, afirma que:

No processo da reflexão de sujeitos e das correlações de forças, percebe-se a relevância do trabalho da RECID na vida das pessoas. O que se vivenciou ao longo desses anos foi o encontro dos movimentos sociais. Na caminhada aprendemos a ouvir com a troca de saberes entre as várias gerações. No mesmo espaço pessoas iniciando na militância, outros com acúmulo, mas que se respeitavam. A RECID foi espaço para os movimentos se organizarem, como por exemplo, a luta das mulheres contra a violência, posso dizer como militante da economia solidária, contribuiu para o fortalecimento dos grupos de economia solidária.

Ao se perguntar se os processos político-pedagógicos contribuíram para mudança da cultura política, Ozélia Vieira, educadora das redes estadual e municipal de ensino, ressalta que:

Acredita-se que sim, afinal conhecer e compreender melhor a história do povo, suas lutas e militâncias geram impactos. A formação favoreceu estudar na fonte, isso foi um privilégio. Fomos motivadas para o trabalho de base, se trabalhou em prol das mudanças na vida do povo. O povo humilde foi valorizado, teve esperanças e mudanças sociais. A RECID deixou o legado para o povo que ao longo da vida foi

ignorado, que ficou na invisibilidade, este legado ninguém vai tirar dessas populações.

Quanto ao direito à cidadania, o educador Gerre Rainer Angioli, do coletivo Parintins, afirma que “o acesso à garantia de direito foi algo que trouxe mudanças na vida de tantas pessoas, houve mais clareza e percepção da necessidade de se estar engajado e organizado em grupo”.

Por sua vez, Rosa Maria Nunes do coletivo Parintins, afirma: “para famílias que recebem transferência de renda, como do Bolsa Família, é de grande valia, assim deixamos de ser enganados por falsos líderes. A transferência de renda combate a pobreza, isso é cidadania”.

“A RECID fomentou a reorganização dos grupos em Parintins, possibilitou a militância a estudar Paulo Freire e conhecer outros teóricos”, afirmam os educadores Gerre Rainer Angioli e Rosa Maria Nunes Araújo.

Como diz a socióloga Maria da Glória Gohn: “a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo” (1994, p. 17).

Quanto à realização das oficinas - trabalho de base, a educadora Janeide Lavor, militante do CEBI e educadora da rede municipal de ensino, afirma: “acredito que se realizava o planejado, isso é inegável, podemos dizer que havia o compromisso com o total de oficinas planejadas (em média de 20 a 30 mensalmente), isso exigia a elaboração de relatórios e prestação de contas junto à entidade ancora responsável pela gestão”.

Ainda no campo da realização das oficinas, a educadora Janeide Lavor ressalta: “mas, se olharmos por um ângulo que considere as condições que nos era apresentado, principalmente no campo da formação, faltou muito mais comprometimento das educadoras e educadores, como também das instituições, dos movimentos sociais que compunham o coletivo estadual, talvez, assim o trabalho teria se sustentado politicamente. Nossa! Como fez falta o trabalho da RECID nesse contexto que o Brasil viveu nesses últimos tempos”.

Como não destacar o aspecto da formação. Para a educadora Gecinéia, que vivenciou os processos da RECID no estado do Acre; hoje é moradora da área de estudo em Manaus, “o aspecto da formação foi algo muito forte na RECID, isso para todos (famílias do Bolsa Família, mulheres, juventudes, extrativistas, ribeirinhos, idosos). Havia o cuidado na preparação das oficinas, o acolhimento, os mimos. Não se juntava só para estudar, mas para vivenciar a alegria, a solidariedade, para alimentar o corpo, a mente, o espírito”.

Sobre a metodologia de trabalho convém mencionar: “A educação popular contribuiu para a ampliação do conhecimento por conta de sua linguagem simples, e a gente percebia isso até nos momentos de formação em nível nacional e regional. Outro elemento foi a autonomia dos grupos, as pessoas se identificavam com o jeito de fazer da RECID, havia o respeito na escuta, aquilo que Paulo Freire dizia: “nem um saber a mais, nem um saber a menos, mas saberes que se complementam”. Isso encantava cada pessoa que participava (Emílio Soares e José Ramos, Parintins).

A percepção das educadoras e educadores explicita a vivência do PPP no processo construído pela RECID no Amazonas, quando estes afirmam que a retomada do trabalho de base como fomentador do despertar das pessoas enquanto sujeitos protagonistas do processo construído, a relevância da educação popular tão necessária em tempos de retrocessos sociais, como possibilidade para se fazer ruptura histórica. Dessa maneira, o princípio 3º do PPP, que trata da humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética) e o princípio 12º, que fala da vivência de uma mística da militância e da mudança, são retratados nas entrevistas, porque havia a preocupação em se construir e cultivar relações de amorosidade, celebrar e cultivar a vida, princípios freireanos (Projeto Político Pedagógico, 2007, pp.16 e 27).

Quanto a diretriz do que foi significativo para a militância, aparece novamente a formação: “A formação que se vivenciou na RECID é algo que vamos levar para a vida toda, enquanto militante social, político, a RECID só veio acrescentar naquilo que se acreditava, fortaleceu a organização social. Por isso, a formação não pode ser perdida de vista. O capital quer a ignorância do povo. Quanto mais sem educação, o capital se fortalece” (Florismar Ferreira, da Articulação das mulheres brasileiras-AMB e do fórum de mulheres de Manaus).

“A RECID foi algo inédito na minha vida. Pela primeira vez tive carteira assinada enquanto educador social, penso, fruto de minha dedicação enquanto educador popular. Estudar e organizar o povo, isso é um presente. Por meio das oficinas, catadores de materiais recicláveis se organizaram, a formação fomentou a criação de várias cooperativas em Parintins, isso é empoderamento do povo” (Emilio Soares, educador de Parintins).

Para os educadores Deyse e Jander, a RECID foi uma experiência positiva em Parintins no que se refere à formação de consciência crítica. “Tivemos a participação dos movimentos sociais, fomentou novas lideranças, as formações eram em diálogo com a conjuntura, acreditamos que todos nós do coletivo Parintins amadurecemos com o processo realizado”, afirmam.

Colocar em prática o Projeto Político Pedagógico-PPP, perpassa por considerar a vida cotidiana. “O trabalho corpo a corpo, a dialogicidade, o cuidado com o sentimento dos outros, o zelo em querer sempre que as pessoas construíssem sua própria história para caminharem com suas próprias pernas, pra mim é um aprendizado e vivência explícita do PPP, um legado que o trabalho deixou”, afirma a educadora Ozélia Vieira.

No campo da organicidade, a RECID Amazonas quebrou paradigmas. Um rico aprendizado está associado às práticas horizontalizadas. Na RECID, mesmo com coordenações para conduzir os trabalhos, não havia imposição de chefia, as coordenações eram referências para motivar a realização do planejamento. Para Francly Júnior, educadora que compôs o espaço da coordenação nacional, enquanto representante da região Norte, “nessa construção, o que me chamou a atenção é que a RECID sempre foi de baixo pra cima, a horizontalidade por meio das comissões é algo que não se pode perder de vista num trabalho em rede. A gestão compartilhada é um grande aprendizado, construção coletiva, ato de ouvir e envolver os diferentes grupos e pessoas”.

Acerca da sustentabilidade política, no dizer da educadora Janeide Lavor,

Não se pode perder de vista, o compromisso das educadoras e educadores com o fazer pedagógico e a realização das oficinas, por exemplo. Mas faltou o comprometimento. Por isso é importante fazer a diferença entre o compromisso e o comprometimento de parte de algumas educadoras e educadores. O comprometimento da parte de quem compunha o coletivo ou mesmo dos educadores, acredito, daria sustentabilidade ao projeto, este não teria sido interrompido num contexto tão importante como o que enfrentamos. Nunca foi tão necessário um trabalho como o da RECID.

O jovem educador popular Reir Ferreira, da rede pública municipal de ensino “a participação das juventudes, assim como, a presença da diversidade nos momentos de formação tanto local como regional e mesmo nacional, onde sentia-se parte, escutado, valorizado, respeitado, foi algo motivador”. E mais, “acredito que o marco da RECID está na formação política sempre primando pelas análises de conjuntura numa linguagem simples, fazendo com que as pessoas entendessem. Na RECID sentia-se acolhido, acolhida, nas místicas se vivenciava os princípios do PPP”.

As educadoras Florismar Ferreira e Luzarina Varela do Movimento de Mulheres de Manaus destacam:

A RECID/AM foi protagonista em espaços principalmente de segurança alimentar, no fórum estadual e municipal de economia solidária, fórum de mulheres, grito dos excluídos(as), fórum das águas, como também nas conferências apresentando e defendendo propostas de educação popular e aprovando como por exemplo, em

2010 o Amazonas ficou entre os poucos estados que aprovou a educação popular num dos eixos. Buscar garantir a educação popular nos espaços das escolas, foi nossa luta.

Segundo a educadora Janeide Lavor,

A RECID enquanto projeto de educação popular precisa ser ampliado. Pensar a Educação Popular como política pública, um debate que foi iniciado e desencadeou no processo de articulação em torno da proposta da Política Nacional de Educação Popular, que resultou na elaboração do documento Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas. Isso explicita o quanto a experiência RECID enriqueceu a vida de várias pessoas, assim como os espaços coletivos. A educação popular tem isso, é uma concepção que junta a prática com a teoria, sua metodologia possibilita a articulação e reúne os diferentes sujeitos e saberes, faz nos sentir gente e parte do processo. Não dá para esquecer que a RECID possibilitou vivenciarmos momentos valiosos. Quem soube aproveitar esses momentos agora tem o compromisso de fazer a diferença onde quer que esteja.

O “Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas” destaca,

À educação popular permanece o desafio de se reinventar sem perder a vitalidade transformadora. Desafio presente em diversas iniciativas de organização da sociedade civil e movimentos sociais populares que preenchem um enorme mosaico de ações de formação e de cultura popular de 2000 até hoje em dia. Por outro lado, nunca foi tão necessária e atual uma educação voltada para a construção democrática de um projeto de nação e de mundo que supere as desigualdades que ainda marcam o nosso tempo (2014, p.34).

4.3 A educação popular a partir do trabalho junto aos grupos de base

A poesia apresentada no início do capítulo foi um marco não só nos momentos de formação, principalmente durante a construção do Projeto Político Pedagógico-PPP, como também nas discussões em torno da educação popular na perspectiva de política pública.

Sem perder o rigor acadêmico que o estudo precisa, a valorização da arte está presente nesse capítulo que se inicia com uma narrativa de valor simbólico, pois retrata o pensar de quem vivenciou os processos político-pedagógicos no Amazonas. “Conceituar é adentrar, é molhar-se” (BENTES, 2005, p. 36).

Para o conjunto de educadoras e educadores participantes da entrevista, o conceito elaborado em torno da educação popular passa pela prática cotidiana. Dessa forma, a elaboração abaixo apresenta a definição destes em torno da educação popular, a saber:

A educação popular perpassa pelo empoderamento do povo, fomento de novas lideranças, construção de caminhos para mudanças. A educação popular constrói conhecimentos, não uma imposição, partilha saberes, constrói novos aprendizados, fomenta o trabalho cooperativo, valoriza o conhecer e não apenas só resultados. A

educação popular é uma prática social e cultural, tem compromisso com a periferia, com o povo e sua realidade, proporcionando formação para organização que transforma a sua realidade, a sociedade. A educação popular desperta em cada educadora, educador, a consciência do seu papel enquanto militante, é como se fosse um motor, provoca, inquieta, motiva para transformação social.

Os relatórios consultados chamam a atenção quanto as passagens significativas, pois trazem histórias de vida, assim como, destacam o valor do trabalho de educação popular. “Num estado como o Amazonas, onde a presença dos “currais” eleitorais é predominante, um trabalho de educação popular é de fundamental importância para se construir um novo contexto com o povo, uma outra cultura política” (Relatório de oficina, maio 2007).

Nesse sentido, “com a realização das oficinas vê-se as pessoas mais conscientes do seu papel”. “A RECID na cidade de Manaus vem contribuindo para a construção de um novo cenário político. Por outro lado, é preciso destacar que a impressão que dá é que o próprio governo parece que não acreditou na força dos movimentos sociais” (Relatório de oficina, setembro 2010).

O relatório de encontro de avaliação referente ao trabalho desenvolvido em 2010 elaborado pela equipe de educadores da RECID AM destaca:

Refazer a história quando as pessoas estão desacreditadas nas instituições, é refazer o ser humano. Para tanto, fomentar mais espaços para se trabalhar com a metodologia da educação popular, ajuda as pessoas a saírem do individualismo, assim como colabora para que os movimentos sociais não se fechem em si mesmo. O certo é que na sociedade em que nos encontramos, fazer educação popular é um grande desafio. Por isso, a RECID é um projeto que não pode parar (dezembro, 2010).

A discussão em torno da continuidade do projeto RECID sempre esteve atrelada ao papel político da rede. A cada processo organizativo a questão vinha à tona. Esse debate sempre esteve associado à sustentabilidade financeira. Nesse sentido, um trabalho como o da RECID não se sustenta só com vontade política, é preciso o financeiro para se investir na formação política das pessoas. Afinal, organização social e empoderamento estão associados à formação política.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo aponta que uma das contribuições do trabalho de educação popular está associada ao conhecimento que este proporcionou. Na obra “Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda do Poder Popular” (2011, p. 25) afirma-se que o trabalho de educação popular realizado pela RECID foi “reencontro com a tradição do pensamento popular que permitiu apostar na educação freireana como instrumento fomentador da consciência crítica, essencial para a construção de um projeto popular que exige uma mudança cultural profunda”.

Para as(os) educadoras(es) participantes do estudo, “o conhecimento deu oportunidades para dar vez a quem tem voz, mas estava fora dos espaços, possibilitou cidadania, inclusão, valorizou as histórias de vida e os diferentes saberes”. Nesse sentido, no campo político é possível constatar alguns acúmulos proporcionados pelo trabalho da RECID/AM, como:

a) A nucleação de famílias do Programa Bolsa Família na cidade de Manaus, que desencadeou na organização de grupos para geração de renda ou mesmo realização de um sonho pessoal;

b) Fortalecimento dos fóruns estadual e municipais de economia solidária;

c) A inclusão da educação popular como uma das estratégias no Plano Nacional de Educação-PNE e Plano Estadual de Educação do Amazonas-PEE;

d) Colaboração para estruturação e fortalecimento da cooperativa de artesãos das Agrovilas do Caburi e Mocambo em Parintins, hoje referência no artesanato de panelas de barro;

e) Contribuição para criação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Parintins e organização dos motoristas de vans escolares;

f) Criação da Associação de Moradores do Bairro do Zumbi, hoje espaço cultural a serviço da comunidade;

g) O fortalecimento da rádio comunitária A Voz das Comunidades, primeira rádio comunitária legalizada no Brasil;

h) A capacitação das educadoras e educadores nos diversos âmbitos (local, regional, nacional), permitindo o encontro com as ideias dos pensadores brasileiros, dentre estes, Josué de Castro, Paulo Freire, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e outras(os);

h) A valorização do estudo como porta de entrada para cidadania. Um número representativo de educadoras e educadores voltaram à escola, ou quem só tinha o ensino médio, procurou entrar nas universidades.

O estudo não revela tantas contradições ou discórdias. É consenso que o trabalho de educação popular foi significativo e apresentou mudanças na vida das pessoas que passaram a ter outras percepções acerca do seu papel enquanto cidadã, cidadão. A Recid foi uma porta de entrada para a cidadania.

Nesse sentido, o estudo analisa que os processos político-pedagógicos desencadeados entre 2003 e 2010, pautados pelos princípios freireanos, contribuíram para posturas mais críticas. Os sujeitos participantes dos processos formativos tiveram mais acesso às políticas públicas a partir do ponto de vista da representação nos espaços coletivos que, em alguma medida, ajudou a transformar os parâmetros de inclusão social, impactando sobre a percepção da pessoa enquanto sujeito de direito, no âmbito econômico, social e das representações.

Os depoimentos oriundos das entrevistas explicitam que a educação popular é uma possibilidade e ao mesmo tempo um caminho para mudanças na vida das pessoas. Mas, é importante não perder de vista e, mais que isso, deve-se considerar o princípio do respeito às diferentes populações e culturas que habitam o lugar místico que é a Amazônia.

A educação popular é parte da estratégia da luta de classes. Portanto, princípios como diálogo, construção coletiva, foram e continuam sendo fermento para e nos encontros das mulheres, dos grupos de economia solidária, dos ribeirinhos, pescadoras(es), das juventudes, dos povos indígenas, dos extrativistas e tantos outros grupos, essência para a organização destes.

A semente da educação popular foi lançada, não morreu. Precisa de terra nova para ser germinada. E como cantou Lia de Itamaracá, da cultura popular do Recife, “esta ciranda não é minha só, ela é de todos nós, a melodia principal que diz é a primeira voz, pra se dançar ciranda, juntamos mãos com mãos, formamos uma roda, cantamos numa só voz”. Precisa-se cultivar a semente plantada. Para tal intento, é preciso juntar as mãos, sonhos, utopias, voltar a conjugar o verbo ‘esperançar’ para que os fios tecidos com linhas e retalhos coloridos da RECID no Amazonas sigam florindo, cantando e encantando os espaços coletivos e de lutas.

O estudo enfatiza que ao longo da caminhada a RECID foi se reinventando e desafiando as educadoras e educadores também a se reinventarem e vivenciarem os princípios da educação popular. Contudo, é importante destacar o quanto os momentos das místicas contribuíram para quebrar posturas embrutecidas.

Para tanto, um legado da RECID para as pessoas, grupos, coletivos, foi o acesso ao conhecimento como caminho para gerar mudanças. Foi a possibilidade de beber na fonte do mestre Paulo Freire e de outros estudiosos do Brasil e da América Latina. A formação política

contribuiu para que as pessoas tirassem a “venda” dos olhos, perceberem-se sujeitos de direitos, compreenderem que políticas públicas não são “presentes” de governantes, não é favor mais sim um direito de cidadã, de cidadão.

O estudo destaca que a educação popular, instrumento político para a luta e transformação social, foi compreendida. A RECID criou expectativas de mudanças, teve papel importante num contexto histórico com foco de ação definido.

Para Gohn, “o saber popular politizado, condensado em práticas políticas participativas, torna-se uma ameaça às classes dominantes à medida que ele reivindica espaços nos aparelhos estatais, através dos conselhos etc., com caráter deliberativo” (1994, p.51).

No campo da subjetividade, as professoras e professores participantes do estudo, que hoje fazem parte das redes públicas de ensino, reafirmaram o compromisso e o comprometimento com a educação pública, democrática, de qualidade e gratuita. Compromisso com a educação para a transformação social de acordo com os princípios da educação popular, isto é, o diálogo, o respeito e a amorosidade. A educação popular partindo da valorização da cultura popular e da vida cotidiana das pessoas ressalta a importância do papel do indivíduo e de sua subjetividade.

Conforme Freire (1999) nos ensina:

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade (FREIRE, 1999, p. 26).

Ao que tange aos desafios, o estudo aponta que no estado do Amazonas, mesmo com ambiente propício para o trabalho de educação popular, pensar, desenvolver um projeto da dimensão e intencionalidade como o da Rede de Educação Cidadã, se faz necessário não se perder de vista as especificidades geográficas e as complexidades de um estado de dimensão continental como o Amazonas. Para tanto, fortalecer o tecido social exige costuras que vão para além do diálogo e articulação política, embora sejam essenciais num trabalho em rede.

Fazer educação popular na intenção de desencadear uma outra cultura política que contribua para “quebrar” práticas e círculos viciosos exige tempo, mobiliza recursos humanos, financeiros e organização para acompanhar de forma sistemática o desenvolvimento dos trabalhos.

As experiências de educação popular que apresentaram bons resultados e geraram impactos estão vinculados a um processo de formação permanente. Pode-se citar, por exemplo, o Programa Bolsa Família, quando as beneficiárias do programa, a partir de um trabalho de formação e sensibilização, compreenderam que um programa de transferência de renda está atrelado a condicionais (direitos e deveres), perceberam o valor de estarem organizadas em grupos a fim de buscarem alternativas de independência.

O estudo enfoca que uma política pública de transferência de renda deve considerar na sua estratégia processos pedagógicos de formação sistemáticos, planejados e organizados, com intencionalidade explícita.

Para tanto, numa retomada do projeto RECID e com a intencionalidade de ampliar a capilaridade, faz-se necessário cuidar melhor da mobilização das pessoas, considerar a logística e as peculiaridades de um estado como o Amazonas, pois quando se trata de mobilidade, os rios são as estradas.

Quanto ao processo organizativo de gestão, é preciso considerar as especificidades regionais, as subidas e descidas das águas escuras do rio Negro e branca do Amazonas; o tempo das marés. Para o povo ribeirinho, a dinâmica no cotidiano se dá conforme o tempo das águas.

O governo Lula em 2003 chamou os segmentos organizados da sociedade civil para juntos realizarem processos de formação política; mobilizou o povo para participar dos mecanismos de participação e controle social; incentivou o fomento de conselhos; acreditou na força do coletivo para refazer a história e refazer vidas humanas. A conclusão é que o governo que possibilitou um trabalho de mobilização social mediado pela educação popular a exemplo do Talher-Rede de Educação Cidadã, agora mais que nunca deve investir na formação do povo, e não deixar acontecer o que se vivenciou na continuidade da gestão petista quando, aparentemente o povo não compreendeu a proposta política do trabalho o que contribuiu para que as ações da RECID, na continuidade de um governo popular, de certa forma ficassem na obscuridade.

A RECID, ao longo dos anos acumulou uma história, tem expertise no campo da educação popular e organização social. Na retomada de um governo popular, caso considere a volta do trabalho, que seja em consonância com os movimentos sociais e populares. Rearticular o trabalho interrompido é uma possibilidade e se faz necessário para se fazer mudança na cultura política do país. Dessa forma, criar espaços de cuidados coletivos e de inclusão; ressignificar o sentido da vida; somar parcerias com as iniciativas do campo da

saúde, cultura, economia solidária, agricultura familiar, espaços dos fóruns de EJA e das lutas em prol de tantas(os) brasileiras(os) que merecem ser incluídas(os) nos processos de participação, faz-se necessário.

Em tempo de comportamentos extremistas, fanatismo, aumento do contingente de pessoas na extrema pobreza, miséria e na insegurança alimentar no Brasil, a educação popular pode ser uma força para fortalecer a democracia e afirmar a cidadania. Portanto, é hora de deixar o povo tomar o leme do barco para construir narrativas, contar a história a partir das experiências, evidências e aprendizados que a Rede de Educação deixou na vida pessoal e coletiva dos grupos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo prima por fazer uma descrição, análise e reflexão acerca do que foi a Rede de Educação Cidadã- RECID, considerada uma experiência nova na história da Educação Popular no Brasil. Uma rede de dimensão nacional, inédita, híbrida, em que governo e segmentos organizados da sociedade civil assumem a missão de desencadear processos de educação popular freireana tendo em vista contribuir com a política do Programa Fome Zero na luta pelo direito à comida de quem tem fome e na superação da miséria.

Em nível de Brasil, a RECID teve uma coordenação nacional constituída por representantes do governo - Talher Nacional - e representantes da sociedade civil - Comissão Nacional. Esse conjunto de atores formava a coordenação nacional e acompanhavam os processos políticos e pedagógicos desencadeados pelo Brasil. A RECID desenvolveu o trabalho de educação popular nos vinte e seis (26) estados e no Distrito Federal, chegando em torno de dois mil e quinhentos (2.500) municípios, além de comunidades específicas como: quilombolas, comunidades indígenas, assentamentos, comunidades de pescadores, quebradeiras de coco de babaçu e outras.

No Amazonas, a RECID teceu os fios da rede com diferentes tecidos, cores e espessuras em 26 dos 62 municípios. A RECID contava com um coletivo de educadoras e educadores, militantes sociais e políticos, beneficiárias do Bolsa Família, agentes de pastorais sociais, juventudes. No espaço do coletivo estadual davam-se as discussões e tomadas de decisões, coordenado pela equipe de educadores contratados, uma média de 7 ao todo e quando possível, com a presença da pessoa da coordenação nacional que acompanhava os trabalhos na região Norte.

Ao longo da caminhada a RECID Amazonas buscou ressignificar a concepção da educação popular - alicerce para a prática das educadoras e educadores populares. Procurou garantir a transparência, a qualidade e a legitimidade aos processos políticos e pedagógicos no coletivo estadual. Um trabalho fundamentado à luz dos trabalhos desenvolvidos nos grupos e movimentos por meio das educadoras(es) contratadas(os) e/ou voluntárias(os).

Como vimos, o estudo inicia trazendo as motivações, objetivos, justificativa, embasamento teórico acerca de uma experiência nova de educação popular no Brasil, como a Rede de Educação Cidadã. Ressaltamos que o estudo é novo à medida que se propõe a fazer a descrição, análise e reflexão de uma experiência como a RECID na perspectiva de uma

abordagem qualitativa. Para escuta dos sujeitos envolvidos na pesquisa, opta pela entrevista e questionário semiestruturados.

No **primeiro capítulo**, vimos o conceito da educação popular a partir da concepção de estudiosos, assim como, o movimento de construção e tessitura da educação popular no Brasil, a educação popular está à serviço do povo e lutas das classes populares, seu processo organizativo político e social nasce no Brasil e América Latina. E como diz Jara (2017): “todos los procesos de educacción popular en América Latina han estado siempre vinculados a un proceso de organización, de participación y de espiración de espacios de construcción de democracia”. No Brasil, o movimento de educação popular ganha destaque no século XX a partir da metade dos anos 50 e pode-se apontar como marco histórico os anos 60, período em que, segundo Paludo (2001), “se intensifica uma nova tentativa de organização autônoma dos trabalhadores rurais e urbanos. É nessa década que se tem pela primeira vez uma pedagogia anunciada, oriunda das classes populares”.

No **segundo capítulo** vimos como a Rede de Educação Cidadã se organiza em nível de Brasil e por sua vez no Amazonas, ou seja, a partir do processo de mobilização e articulação em torno do programa Fome Zero em 2003 - mutirão de combate à fome, do ter direito à comida. À RECID coube a missão de saciar a fome de beleza, de cidadania, de cultura, de lazer, isso por meio do acesso ao conhecimento. Para isso, desencadeia pelo país a fora um amplo processo político e pedagógico mediado pela educação popular freireana, retoma o trabalho de base para contribuir com a organização social. Processo este que, no Amazonas, dá-se em 26 municípios, dentre estes, a capital Manaus e Parintins, município da região do baixo Amazonas, territórios escolhidos para o estudo. O capítulo ainda destaca experiências exitosas, fruto do trabalho, aprendizagens, avanços e limites de um trabalho de educação popular num estado complexo como o Amazonas.

O **terceiro capítulo** trouxe a análise e reflexão em torno do objeto de estudo, sob a ótica dos sujeitos que vivenciaram os processos desencadeados no trabalho de base. A elaboração do conceito da educação popular vinda dos aprendizados traz a beleza e a compreensão do valor da educação popular para as lutas populares, para o despertar da consciência crítica e da cidadania. O estudo explicita que por meio da educação popular, pessoas e coletivos tiveram mudanças e compreenderam o seu papel político. Os momentos formativo-educativos realizados como rodas de conversas, oficinas de base, encontros intermunicipais, estaduais, deram sustentação ao processo organizativo de vários coletivos na zona Leste de Manaus e Parintins.

A obra “Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda do Poder Popular” elaborada pela coordenação nacional da RECID em parceria com os educadores e educadoras (2011, p.25) enfatiza:

Um dos grandes aprendizados com o trabalho da RECID, foi a formação, discussão e apropriação da metodologia da educação popular como prática de libertação. Compreendeu-se que é um caminho longo e processual, mas sólido para construção de uma sociedade melhor, mais humana e solidária, pautada no respeito e no encontro com a(o) outra(o).

O estudo evidencia o quanto foi significativo e ao mesmo tempo desafiador o processo de formação desencadeado junto às beneficiárias de um programa de transferência de renda como o Bolsa Família; chama a atenção para a importância de processos pedagógicos como estratégia nas condicionalidades de uma política pública de transferência de renda. Logo, saciar a fome de comida de quem tem fome exige uma resposta imediata. Por sua vez, saciar a fome de beleza, de cidadania, de cultura é a médio e longo prazo. Assim, garantir junto ao processo das condicionalidades a formação política aos beneficiários da política pública, é contribuir para a sustentação e qualidade da política pública.

A RECID foi oportunidade e possibilidade de estudo, de ampliação do conhecimento, do despertar para uma consciência crítica. Os envolvidos compreenderam seu papel político, se perceberam sujeitos de direitos e construtores dos processos, quebrando paradigmas de não ter vez nos espaços. Para os movimentos sociais e populares de Manaus e Parintins, os processos formativos contribuíram para elevar a autoestima das pessoas, pois se sentiram acolhidas, respeitadas, valorizadas.

Muitos foram os aprendizados, dentre estes, destaca-se o processo de sistematização. Escrever não é uma tarefa fácil. Escrever a partir da prática é uma experiência que as educadoras e educadores levarão na sacola do conhecimento. A vivência da mística e da gestão compartilhada é apresentada como algo positivo. A gestão compartilhada contribuiu para “quebrar” posturas verticalizadas e embrutecidas. Os momentos avaliativos, princípios norteadores do trabalho, permitiram a caminhada emancipatória.

Enfim, por meio dos momentos avaliativos as pessoas se reconheceram enquanto homens e mulheres, militantes da causa da educação popular, base da construção do poder popular em Manaus e Parintins. Os processos de formação continuadas e integradas de educação popular referendadas no PPP, contribuíram para fortalecer as formações de grupos e núcleos de base, a organização popular nas comunidades em vista à construção de um projeto popular para o estado do Amazonas, para o Brasil.

O contexto da pandemia covid 19 foi tempo também para a educação popular se reinventar. Vale ressaltar a importância das aprendizagens por mediação tecnológica como meio para o exercício da cidadania e democratização do acesso e do direito ao conhecimento. Apesar dos desafios postos para uma região como a Amazônia, por meio dessa ferramenta, diálogos e reflexões foram fomentados de forma híbrida ou remota, a exemplo, o mestrado em conclusão, as comemorações de centenário de Paulo Freire, a realização do V Fórum de Leituras de Paulo Freire e inúmeras lives para se debater, estudar, aprofundar e refletir acerca da pauta da educação popular.

Dentre as evidências o estudo aponta que a Rede de Educação Cidadã foi fundamental para o fortalecimento do trabalho de educação popular em Manaus e Parintins, tem significados e valores de aprendizados para futuras experiências do campo da educação popular que colaborem com uma nova cultura política na cidade de Manaus e Parintins e quiçá no Amazonas e no Brasil.

Diante dos resultados apresentados, o estudo concluiu que é urgente e necessária a retomada da educação popular no contexto de alienação política em que o Brasil se encontra. Educação popular para formação, organização e participação social, para a revitalização dos conselhos enquanto organismos de participação e controle social e propositores de políticas públicas, onde alguns resistiram a conjuntura diante dos retrocessos sociais, por outro lado, a maioria desses espaços se encontram enfraquecidos ou precisando serem reativados. É preciso seguir cantando cirandas e toadas, fortalecer os coletivos que dão vez e oportunidades para o exercício da cidadania ativa e participativa. É tempo de voltar a entrelaçar saberes e experiências a partir da vida cotidiana, do saber local, popular e do mosaico cultural que é o estado do Amazonas.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10719:2015, Informação e documentação – relatório técnico e/ou científico – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- BARDIN, Laurende. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARRETO, V.L.L. **Falando de educação popular na Associação de Educação Católica do Amazonas**. Revista de Educação AEC. Ano 33 outubro/dezembro de 2004. N.133. Editora Salesiana, Brasília, DF: 2004
- _____. **I Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire da região Norte – Lócus que alimenta a prática pedagógica e a militância política**. Educação Popular em Debate/Organização Rita de Cássia Fraga Machado; Amanda Motta Castro –1. ed.—Jundiá, SP: Paco, 2017
- BECKER, Howard. A Única Maneira Certa. In: _____ **Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BENTES, Norma. **Manaus: realidade e contraste sociais**. Manaus: Valer, 2005.
- BIANCHI, Álvaro. **Temas e problemas nos projetos de pesquisa: estudos de Sociologia, Araraquara**, v. 7/8, n. 13/14, p. 75-91, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/167>>. Acesso: em 26/11/2021
- BOURDIEU, Pierre. Aula de 28 de abril de 1982. In: **Sociologia geral**. Vol 1: lutas de classificação. Curso no Collège de France (1981-1982). Petrópolis: Rio de Janeiro, 2020. (pp. 15-30).
- BRANDÃO. Carlos R. (org.). **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. **Pesquisa participante**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **O que é Educação Popular**. Coleção primeiros passos. Editora brasiliense. São Paulo-SP, 2006.
- BUFFA. Ester. **Educação e cidadania**/Ester Buffa, Miguel G. Arroyo, Paolo Nosella. – 8. ed. São Paulo, Cortez, 2000. – (Coleção Questões da Nossa Época: v.19)
- CADERNO de **Educação Popular em Saúde**. Ministério da Saúde. Brasília - DF, 2014.
- CAMINI, Isabela. **Cartas pedagógicas: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam**. Porto Alegre: ESTEF, 2012. 56 p.

_____.et al. **Sem cerca e muros: a educação popular no meio do povo – análise do processo pedagógico das oficinas da Recid – Brasília-DF.** 2012.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo, Moderna, 1998.

EDUCAÇÃO CIDADÃ-Talher Nacional. **Educação Cidadã: Novos atores, nova sociedade. Fome Zero.** Setor de Mobilização Social. Caderno de estudos: 02 DF. Junho 2004.

FEITOZA, Ronney da Silva. **Movimento de Educação de Pessoas Jovens e Adultas na perspectiva da Educação Popular no Amazonas: matrizes históricas, marcos conceituais e impactos políticos/UFPB: João Pessoa, PB: 2008.**

FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias.** São Leopoldo: Oikos, 2008.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos /Paulo Freire. –** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOME ZERO: **Uma História Brasileira.** Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 3 volumes, Brasília, 2010 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

GADOTTI, M. **Estado e educação popular na América Latina.** Campinas: Papirus, 1992.

GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Questões da nossa época: v.5).

_____. **Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma.** Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br> acesso em: 28 de mar.2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 5. ed. 7. Reimpressão. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

JARA HOLLIDAY, Oscar. **Educación y cambio social en América Latina: Interpretación crítica de las contribuciones ético-político y pedagógico de la Educación Popular Latinoamericana 1959-2017**. Tese apresentada ao Doctorado Latinoamericano de Educación, Unversidad de Costa Rica, 2017.

_____. **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis**; tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pinevo; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. – 1. ed. – Brasília, DF: CONTAG, 2012. – 332 p.:il.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização**. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

MANFREDI, Silvia Maria. **Política: Educação Popular**. São Paulo, Símbolo, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Hipóteses. In:_____
Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 8.ed – {2.Reimpr.}- São Paulo: Atlas, 2018.

MEJIÁ, Marco Raúl. **Aprofundar na Educação Popular para construir uma globalização desde o Sul**. In: UNESCO. Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

_____. Posfácio - **La Educación Popular: una construcción colectiva desde el sur y desde abajo**. In: STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Tereza (Orgs.). Educação Popular: lugar de construção coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. (organizadora). Pesquisa Social, teoria, método e criatividade. 21ª. edição. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2002.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira et al. **Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletroeletrônica**. Belém: UNAMAZ, FUA, UEPA, 1993. (Série Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, n. 2).

MOTA NETO, João Colares da. **O legado de Paulo Freire para a educação na Amazônia**/João Colares da Mota Neto, Ivanilde Apoluceno de Oliveira (organizadores) – Curitiba: CRV, 2019.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 4ª. edição aumentada. Editora Metro Cúbico. 1994.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a educação**/Maria Alice Nogueira, Cláudio M. Martins Nogueira – Belo Horizonte: Autêntica, 2004

NICOLAU, Jairo. **Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa**. Revista de Estudos Políticos. (2013.1). v. 4 n. 7. (pp. 345– 353). Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38673 Acesso: em 24/11/2021.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. – Porto Alegre: Tomo Editorial: Camp 2001. – 272p.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular e educação de adultos**, 2^a. ed. Temas Brasileiros II IBRADES, Edições Loyola, São Paulo – 1983.

PELOSO, Ranulfo. (org). **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo CEPIS**. – 1^a. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012

PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (Orgs) **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. 1^a. Edição – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ. **Vamos lá fazer o que será: mobilização social e educação cidadã**. Brasília, DF: Talher Nacional, 2006.

_____. **Pé dentro, pé fora na ciranda do poder popular**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

REVISTA UniFreire – Universitas Paulo Freire. Ano 2/edição 2/dez 2014

RECID 10 anos, **Sementes e Frutos da EDUCAÇÃO POPULAR** – Cartas Memória, Brasília, 2013.

SAUNIER, Tonzinho. Parintins: **Memória dos Acontecimentos Históricos**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil** (livro eletrônico): história e teoria – Campinas, SP: Autores Associados, 2020. – (Coleção memória da educação) ePub

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira. **Exclusão Social e Educação Popular no Brasil – 500**. IN: SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira, MELO NETO, José Francisco de. Educação Popular: Outros Caminhos. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SCHERER-Warren, Ilse. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989 – 3^a. edição.

STRECK, Danilo R. **José Martí e o Imaginário Pedagógico Latino-Americano/Introdução para uma leitura pedagógica**. In: MARTÍ, José. Educação em nossa América. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

TORRES, Rosa Maria. **Discurso y práctica en educación popular**. Textos n.9. Ciudad: Quito, 1988.

TORRES, Afonso Carillo. **A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora**. In: STRECK, D.R. e ESTEBAN, M.T. (org). educação Popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **Educación popular y movimientos sociales en América Latina**. Buenos Aires: Biblos, 2016. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/1/#inbox?projector=1>

VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. **Educação do Campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas/UFAM**: Manaus, AM: 2017

VÁRIOS. **Educación Popular en América Latina: crítica y perspectivas**. In: GADOTTI, Moacir e TORRES, Carlos Alberto. Educação Popular: utopia latino-americana. São Paulo: Cortez, 1994.

www.revistacenarium.com.br

www.seducti.am.gov.br

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorio/cidadania/?codigo=13&aM=O> acesso dia 07/02/23

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Carta Circular 012/2005 Talher Nacional – Equipe de Educação Cidadã.

Carta Pedagógica - Recid Am, outubro, 2012.

Caderno sobre os Desafios da Educação Popular do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – texto de Frei Betto, agosto de 2002.

Documento de constituição do Fórum de Educação de Jovens e adultos do Amazonas, 2003.

Jornal do Comércio - Manaus 353 anos, 24 e 25 de outubro de 2022.

Informativo CEAAL FSM Porto Alegre, janeiro 2023.

Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã – Brasília, 2011.

Rede de Educação Cidadã. Relatório do 7º. Encontro Nacional: construindo a Rede, construindo o Brasil. Luziânia-GO: Talher Nacional/Comissão Nacional, 17 a 21 de novembro de 2006.

_____. Relatório de atividades da Recid AM, 2004.

_____. Relatório do 8º. Encontro Nacional. Brasília: Talher Nacional/Comissão Nacional, 16 a 19 de agosto de 2007.

_____. Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania, Família e Direitos Humanos Sem cerca e muros: a Educação Popular no meio do povo – análise do processo pedagógico das oficinas da Recid – 2010.

Texto: A fome como questão política – Frei Betto – Estudos Avançados, 2003.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista I com representantes do programa bolsa família

ENTREVISTA I – REPRESENTANTES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍIA

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL

Nome Completo/nome social:

Idade:

Identidade de Gênero:

Orientação Sexual:

Estado civil ou conjugal: solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo/a ()
outros ()

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo () incompleto ()

Ensino Médio Completo () Incompleto ()

Ensino Superior completo () Incompleto ()

Está trabalhando? Sim () Não ()

BLOCO 2 – PERCEPÇÃO ACERCA DO OBJETO A SER PESQUISADO

PERGUNTAS

OPÇÕES

	SIM	NÃO	EM PARTE
Foi importante participar da Rede de Educação Cidadã?			
Sentiu-se parte do processo que a Recid desenvolveu no seu bairro?			
A linguagem usada nos momentos de formação, achou simples?			
As formações contribuíram para mais conquista de direitos, ao acesso às políticas públicas?			
Sente-se uma pessoa mais participativa na comunidade?			
Faz parte de movimento social,			

associação de moradores, movimento sindical ou outros espaços de construção coletiva?							
É favorável ou contrário que uma política de transferência de renda tenha processos de formação	Favorável		Contrário				
Como conheceu a Recid?	Convite		Curiosidade		Interesse próprio		
Por quanto tempo participou da Recid?	Menos de 1 ano		Mais de 1 ano		Mais de 5 anos		
O acesso a garantia de direitos mudou sua vida?	Em nada		Mudou para melhor		Nada a declarar		
O que mais gostou nos encontros da Recid?	Acolhida		Mística		Formação	Alimentação	
De quais momentos de Formação participou ?	Oficinas		Encontro Intermunicipal		Encontro Estadual	Encontro regional	Encontro Nacional
Por quanto tempo foi beneficiário do Programa Fome Zero?							
O que considera de mais importante na sua vida por ter participado da Recid?							
A partir das formações, isso ajudou na sua comunidade? Pode dar um exemplo?							
O que recomenda para um projeto como o da Recid?							

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista II com representantes de educadoras e educadores populares

ENTREVISTA II – REPRESENTANTES DE EDUCADORAS E EDUCADORES POPULARES

BLOCO 1 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL

Nome Completo/nome social:

Idade:

Identificação de Gênero:

Orientação Sexual:

Estado civil/conjugal: solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo(a) ()
outros ()

Escolaridade: Ensino Fundamental Completo () Incompleto ()

Ensino Médio Completo () Incompleto ()

Ensino Superior Completo () Incompleto () Pós Graduação ()

Profissão:

BLOCO 2 PERCEPÇÃO ACERCA DO OBJETO PESQUISADO					
PERGUNTAS			OPÇÕES		
Atuação no coletivo da Recid		Voluntário		Contratado	
Como conheceu a Recid?		Por conta da militância		Interesse próprio	
Por quanto tempo participou do coletivo da Recid?		Menos de 1 ano	Mais de 2 anos	Entre 5 e 10 anos	
É favorável que uma política pública para ser mais efetiva considere um processo de formação dentro dos princípios da educação popular?		Favorável	Não Favorável	Em parte. Por quê?	
Participou de encontros formativos	Intermunicipais	Estaduais	Regionais	Nacionais	Fórum Internacional
Foi importante participar desses encontros?		Sim		Não	Em parte. Por quê?

Na sua opinião, quais as principais vantagens de ter participado dos processos de formação da Recid	Por quê?
Cite um aprendizado relevante dos processos formativos educativos para sua vida enquanto educador(a) popular	Por quê?
Considera que os processos formativos educativos mediados pelos princípios da educação popular contribuem para uma cidadania participativa?	Por quê?
Participou de alguma instância além da estadual?	
Está engajado(a) na militância, política ou social? Pode citar	
A formação desenvolvida pela Recid Am contribuiu para melhoria no seu bairro/comunidade ou mesmo município? Pode explicitar?	
Sente-se um cidadão, uma cidadã mais consciente de seus direitos e deveres?	
A partir dos aprendizados, o que considera relevante num projeto como a Recid?	
Tem observações a destacar no projeto Recid Am?	

ANEXO A – Aprovação comitê de ética / FLACSO Brasil



APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA/FLACSO BRASIL

Comitê de Ética

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Parecer 68/2022

Projeto: Rede de Educação Cidadã: uma experiência de educação popular no Amazonas

Estudante/pesquisador (a): Vera Lúcia Lourido Barreto

Orientador (a): Eduardo Tadeu Pereira

A partir da atenta análise do projeto de pesquisa **Rede de Educação Cidadã: uma experiência de educação popular no Amazonas** o **Comitê de Ética da Flacso Brasil** declara que o mencionado projeto reúne, de forma idônea, os requisitos para sua **aprovação**, tanto do ponto de vista técnico quanto na adequação conceitual da proposta e suas condições de operacionalidade, atendendo aos padrões éticos e normativos contidos na Resolução CNS 510/16 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), no Código de Ética da Flacso Brasil e no Código de Ética do Sistema Flacso.

Brasília, 21 de junho de 2022.

Prof. Dra. Miriam Abramovay
Pelo Comitê de Ética da Flacso Brasil

Brasília (DF) - Sede: SAIS Área 2-A, s/n,
1º andar, sala 120. CEP: 70610-900
(+55 61) 3703-2540 / (+55 61) 2020-3390

Rio de Janeiro (RJ): São Francisco Xavier, 524,
Bloco F, sala 12.111. CEP: 20550-013
(+55 21) 2334-0890

São Paulo (SP): Avenida Ipiranga, 1.071,
Sala 608, República. CEP: 01039-903
(+55 11) 3229-2995/ (+55 11) 3105-0781

flacsobr@flacso.org.br - www.flacso.org.br

ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Rede de Educação Cidadã: uma experiência de educação popular no Amazonas

Nome do responsável: Vera Lúcia Lourido Barreto

Número do CAAE: 68/2022

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Esclarecer, em linguagem clara e acessível ao participante da pesquisa, a justificativa e os objetivos do estudo.

Para pesquisas na área de genética humana (resolução 340/04 CNS/MS), o pesquisador poderá descrever os genes estudados de forma agrupada segundo funcionalidade ou efeito, não sendo necessário listá-los individualmente; b) No caso dos estudos que envolvam estudo genético em larga escala (por exemplo, sequenciamento completo do genoma ou do exoma), não sendo viável o agrupamento supracitado, o TCLE deverá conter explicação do procedimento que será realizado, respeitando-se a capacidade de compreensão do participante de pesquisa.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: esclarecer, em linguagem clara e acessível, quais os procedimentos que serão realizados com os participantes da pesquisa, por exemplo: preenchimento de questionário, coleta de sangue, outros tipos de exames/intervenções, gravação de entrevista em áudio ou vídeo, teste de medicamento ou novo procedimento etc.

Observações:

- Detalhar frequência, duração, necessidade de deslocamento para o local do estudo e outros aspectos relevantes.
- Informar sobre a possibilidade de inclusão em grupo experimental ou controle, se aplicável.
- No caso de coleta de sangue ou outro tipo de material, fornecer uma estimativa da frequência e quantidade a ser colhida.

- No caso de questionários e entrevistas, fornecer uma estimativa do tempo necessário para as respostas. Informar se as entrevistas serão gravadas e quando serão descartadas. Caso sejam armazenadas, informar o local e o tempo de armazenamento.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se (informar critérios de exclusão como, por exemplo, condições médicas que tragam riscos adicionais, alergias alimentares ou às substâncias administradas, impossibilidade de seguir as orientações do pesquisador etc.)

Esclarecer, em linguagem clara, quais os desconfortos e riscos que podem ocorrer com o participante de pesquisa. A resolução define como "Risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente". Caso não consiga dimensionar o risco, informe que a pesquisa "não apresenta riscos previsíveis". Informar sobre as providências e cautelas adotadas para minimizar esses desconfortos e riscos.

Benefícios:

Esclarecer, em linguagem clara, quais os benefícios diretos(vantagens) para os participantes da pesquisa e os benefícios indiretos(coletivos) em termos de conhecimento, retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário. Esclarecer, em linguagem clara, qual a forma de acompanhamento que será dada aos participantes da pesquisa, incluindo o eventual acompanhamento após o encerramento ou interrupção da pesquisa. Esclarecer que medidas serão dadas aos participantes da pesquisa, caso sejam detectadas situações que indiquem a necessidade de uma intervenção (médica, pedagógica, nutricional, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica ou outra). Informar que o participante terá direito ao acesso aos resultados da pesquisa, exames e do tratamento sempre que solicitado. Informar os motivos que os participantes da pesquisa podem ser descontinuados do estudo.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Comentário: Caso o sigilo e a privacidade não possam ser garantidos, esta informação deverá constar neste item.

Ressarcimento e Indenização:

Esclarecer, em linguagem clara, se haverá ressarcimento de despesas (por exemplo, transporte, alimentação, diárias etc.), e de que modo será feito. Considerar se o estudo será feito durante a rotina do participante da pesquisa, como consulta médica no hospital ou durante horário de trabalho ou de estudo. Lembrando que mesmo que os dados sejam coletados durante a rotina do participante, o TCLE deverá informar que caso o participante tenha gastos para participar da pesquisa fora da sua rotina, ele será ressarcido integralmente de suas despesas. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores nome, endereço profissional, telefone, e-mail ou outra forma de contato com o(s) pesquisador(es).

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09h às 16h na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

 Data: ____/____/____.

 (Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa

exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Data: ____/____/____.

(Assinatura do pesquisador)